UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GEOVANNE SOARES DA SILVA

Memórias e representações sobre a ditadura militar no Campus: vozes docentes e discentes

Brasília, 2018

GEOVANNE SOARES DA SILVA

Memórias e representações sobre a ditadura militar no Campus: vozes docentes e discentes

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, sob a orientação da professora Dr. Eloísa Pereira Barroso.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Eloísa Pereira Barroso (HIS/UnB)
Presidente

_____

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS/UnB)
Examinador

_____

Prof. Me. Clerismar Aparecido Longo (IdA/UnB)
Examinador

À minha família.

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que já dura mais de 3 anos. Nela, pude perceber a importância da História na vida das pessoas e a importância acadêmica em se falar de um assunto negligenciado pelo Estado brasileiro e, consequentemente, às pessoas: a Ditadura e suas consequências. Com todas as dificuldades acadêmicas encontradas durante o percurso da graduação, faço um agradecimento especial a Deus pela capacidade e vontade de aprender e ensinar e à minha orientadora e amiga, Eloísa Pereira Barroso, que enxergou em mim a capacidade de se fazer mudança através da escrita. Agradeço a meu pai, Francisco, por todo apoio e que sempre me fez acreditar que a educação transforma. Para minha mãe, Isabel, que, com todo carinho e humildade, ajudou a me manter firme na escola e agora na Universidade. A meu irmão, Victor Luiz, que sempre escutou minhas lamentações da academia, e à Joyce, companheira antes mesmo do ingresso à Universidade, até o presente; que ouviu meus sacrifícios e dores nos corredores da UnB e que, independente de tudo, esteve comigo, principalmente, quando a vontade de desistir era maior. Além dos amigos que fiz durante toda a graduação; agradeço pelos conselhos e principalmente pelo convívio no Centro Acadêmico.

Agradeço ainda aos amigos da Ceilândia: Vinícius, Leonardo, Douglas, Henrique, Gustavo, Tiago, Antônio Lucas, Antonio Henrique, Thales, Maciel dentre outros que estão comigo sempre, não importando as dificuldades da escola pública para a Universidade pública. Faço ainda um agradecimento aos meus companheiros de Iniciação Científica; aos amigos que fiz da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça – minha antiga chefa; Mayara, que tanto me incentivou pela pesquisa aos documentos da Ditadura. E do Senado Federal, em especial ao Marcelo, Bianca, Marina, João, Cecília e Kauanna, que tanto me ouviram e me aguentaram num período tão difícil. Sem eles, nada disso seria possível.

In memorian de meu padrinho, Antônio Mendes Cavalcante, que soube de minha aprovação na Universidade de Brasília um dia antes de sua morte. Pude dar uma última alegria para sua existência em terra. À minha tia, Josefa Alves, que tanto me incentivou na luta pela graduação, aos seus filhos Daniel e Luciana, que fazem parte do meu processo acadêmico. À Elizabeth, que tanto ouviu minhas lamentações e dores, e sempre aconselhou-me no caminho da persistência, por mais dolorido que fosse. Essa graduação é pra vocês também. Aos amigos que, assim como eu, enfrentam as mazelas do mundo representadas pela desigualdade social latente no Brasil e mesmo assim ingressaram em uma Universidade pública. Resistiremos

Resumo:

A presente monografia procura, a partir da memória e das representações postas nas narrativas de estudantes e professores presentes nos relatórios da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília, fazer análise do período da Ditadura Militar na Universidade de Brasília. Por meio da história oral procura-se aqui compreender o processo de ataque às Universidades pelo regime ditatorial, bem como seus processos de resistências nos atos de falas das entrevistas daqueles que experienciaram o cotidiano universitário nos tempos do autoritarismo. A pesquisa nos mostra que essas instituições foram locais de resistência e debate contra a censura e a tortura deflagradas durante o período, mas também foram alvos, em especial a Universidade de Brasília de ataques ininterruptos indo desde a processos de invasão, substituição de reitores e expurgos de docentes, discentes e funcionários. Acredita-se aqui que construção das representações dos entrevistados postas nas entrevistas dadas a Comissão, bem como, a análise documental trazida e amparada por reflexões de autores que analisam o contexto das Universidades brasileiras durante o regime e particularmente a Universidade de Brasília e suas particularidades dentro do universo acadêmico, são essenciais para o debate sobre as consequências que o regime trouxe ao campo acadêmico no interior das instituições de ensino.

Palavras-Chave: Memória. Universidade de Brasília. Ditadura Militar.

Abstract:

This monograph seeks to analyze the period of the Military Dictatorship at the University of Brasília, based on the memory and the representations put forward in the narratives of students and teachers present in the reports of the Anísio Teixeira Commission of Memory and Truth of the University of Brasilia. Through oral history, the aim is to understand the process of attacking universities by the dictatorial regime, as well as its resistance processes in the speech acts of the interviews of those who have experienced daily university life in times of authoritarianism. The research shows that these institutions were places of resistance and debate against censorship and torture during the period, but also the targets, especially the University of Brasilia, of uninterrupted attacks ranging from invasion, deacons and purges of teachers, students and employees. It is believed here that the construction of the representations of the interviewees put in the interviews given to the Commission, as well as the documentary analysis brought and supported by reflections of authors that analyze the context of the Brazilian Universities during the regime and particularly the University of Brasília and their particularities within of the academic universe, are essential for the debate on the consequences that the regime has brought to the academic field within educational institutions.

Key Words: Memory. University of Brasilia. Military dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CATMV – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade

CGI – Comissão Geral de Investigações

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

GEB – Grupo Especial de Brasília

ICA – Instituto Central de Artes

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MME – Ministério de Minas e Energia

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

UB – Universidade do Brasil

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade do Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UMG – Universidade de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URRJ – Universidade Rural do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução.....10

Capítulo I – UnB: Uma instituição perseguida.....17

1.1. 1964, o ano em que se quis silenciar o conhecimento: A primeira invasão da UnB.....23

1.2. Reitoria: Um lugar estratégico.....27

1.3.Expurgos:Faces de um procedimento inquisitório.....35

1.4. Vigilância e Invasão: Estratégias de controle.....39

Capítulo II - A Ditadura militar na UnB: Representações construídas pelos estudantes.....45

2.1. O *módus Operandi* de perseguição aos estudantes.....53

Considerações Finais.....65

Referências Bibliográficas.....67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as memórias e representações dos docentes e discentes sobre a Universidade de Brasília no período da Ditadura Militar. Para tanto procura-se estabelecer reflexões sobre a Ditadura Militar e as formas como ela agiu dentro das Universidades brasileiras a partir das entrevistas colhidas no âmbito da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. Cabe salientar que as impressões trazidas por tais narradores são fontes imprescindíveis para o entendimento do cotidiano experiencidaos por aqueles que viviam o mundo acadêmico no contexto do regime de exceção. Cabe salientar que a opção por entender como se vivenciou a ditadura militar nas universidades deve se ao fato de se conceber, neste estudo, serem as Universidades polos de conhecimento, transformação e resistência; durante a ditadura essa mesma resistência nos campus talvez tenha sido uma das garantias de sua permanência enquanto instituição de formação e construção de conhecimentos capazes de transpor os autoritarismos no longo caminho de reestabelecimento da democracia. Embora, muitas vezes, ameaçada e impedida de desenvolver o ensino e a pesquisa, as universidades e em especial a Universidade de Brasília manteve sua resiliência e sua luta por meio de sua comunidade acadêmica. Assim, busca-se nesse trabalho, a compreensão desse processo histórico a partir das verdades expressas nas vozes dos depoentes. Essas vozes urdidas em temporalidades estabelecidas pelo vaivém da memória dos narradores são importantes fontes de representações para o entendimento do período proposto.

Desde o final dos anos 1950, as universidades de todo o globo tornaram-se lugares com mais predisposição à propagação dos pensamentos voltados aos valores de esquerda. Isso aconteceu, principalmente, por conta dos acontecimentos em níveis mundiais da época, eventos como a Revolução Cubana as guerras do Vietnam, entre outras e também, sob o influxo das transformações que perpassavam o crescimento urbano, a industrialização, a expansão e desenvolvimento de organizações sindicais, entidades de camponeses e maior força dos movimentos sociais. O número de alunos em instituições universitárias cresceu de maneira exponencial “passando de acanhadas formadoras de bacharéis a instituições que cresciam e demandavam reformas” (MOTTA, 2014, p.25). Com o fim da Segunda Guerra Mundial - vinte anos após - os números do aumento dos universitários chegaram a 142 mil em 1964, sendo que em 1945 (apenas 19 anos de diferença) eram apenas 30 mil os matriculados. “Os estudantes universitários tornaram-se grupo social mais visível e influente, principalmente porque concentrados em alguns centros urbanos.” (MOTTA, 2014, p.25).

> As representações anticomunistas, que foram dominantes nos discursos favoráveis ao golpe, expressavam o temor em relação aos movimentos sociais no campo (invasões de terra, demandas de reforma agrária na "marra"), à força crescente dos sindicatos, expressa nas greves, à politização dos subalternos das Forças Armadas e à esquerdização dos jovens universitários. Além de expressarem o medo difuso despertado pelo aumento da influência da esquerda, tais representações tinham a vantagem de colocar o problema em linguagem compreensível para a sociedade, há muito acostumada a ouvir discursos sobre o "perigo vermelho". Por outro lado, tal linguagem permitia conferir mais gravidade ao quadro político, inscrevendo a situação brasileira nos parâmetros da guerra fria. (MOTTA, 2014: 24-25).

Os militares encontraram nos universitários inimigos bem preparados, "após a vitória inesperadamente fácil do golpe". (MOTTA, 2014, p.16) Uma situação conturbada era o que se tinha nas universidades brasileiras. Para os militares o movimento estudantil da época parecia muito bem estruturado e aguerrido sob o comando de diferentes lideranças, tanto da esquerda e católica, quanto dos comunistas.

Em um clima radicalizador, que se antecede ao golpe, as universidades se tornaram importantes centros da mobilização dos pensamentos de esquerda. Isso porque era comum a realização de seminários, eventos culturais e políticos e as mais diferentes manifestações de pensamento, principalmente os pensamentos da esquerda. As universidades passavam, na década de 1960 por um processo de "esquerdização". Alunos e universidades, cada vez mais, se tornavam um forte grupo de pressão no cenário político e público. Conforme Motta (2014), para além do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, elas acabaram por se credenciarem como alvos privilegiados das primeiras operações de expurgo, pois ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, também por serem o lugar de formação dos dirigentes econômicos. (2014, p.16).

Os centros universitários eram centros privilegiados para se observar o impacto das diferentes forças que moveram o ensaio autoritário brasileiro no regime. "Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda" (MOTTA, 2014, p.17). Essas instituições eram constantemente atacadas e ao mesmo tempo em que se procurava modernizá-las, também as reprimia, reformava e censurava. As instituições universitárias eram detentoras de um papel fundamental e indispensável ao projeto modernizador, um projeto acalentado pelos setores da força dominante com as funções básicas de: continuar formando profissionais que eram necessários às atividades econômicas do país, mas, agora,

em larga escala e reconhecer o potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias necessárias ao país. O novo regime utilizaria muito bem desse aparato e apoiaria muitas universidades, principalmente no que se refere à tecnologia.

Sob a convergência da cultura política brasileira, os militares estabeleceram diversas políticas dúbias, incongruentes como: ao mesmo tempo em que se demitiam os professores dessas instituições, tempos depois os convidava a voltar e em seguida expulsá-los novamente, adentrar e ocupar as universidades que ao mesmo tempo recebiam mais receita, apreender livros que eram considerados subversivos, mas ao mesmo tempo permitir que os mesmos circulassem nas instituições. A ditadura teve seus entrelaces incomuns e próprios. Com as universidades isso não foi diferente; as diversas medidas - que por contraditórias que fossem - eram sempre tomadas com um intuito diferente para a manutenção do próprio regime. "O toma lá da cá" de medidas adaptadas e inseridas no contexto das universidades tinha seu propósito, apesar de suas ambiguidades, o controle das instituições, segundo Motta (2014).

Conforme Motta (2014), o regime se utilizou de estratégias de cooptação, vários dos agentes do Estado validaram a flexibilização em relação a normas e aos valores dominantes de maneira que ao mesmo tempo em que se investia em ampliações acadêmicas, sejam elas tecnológicas, institucionais, docências, também se investia no controle de tudo isso não deixando professores e alunos com a autonomia necessária, e permitir, muitas vezes o tangenciamento dos preceitos legais e aos arranjos informais. A ambiguidade das medidas tomadas pelo regime no período ditatorial, talvez possa ser explicado por essa relação. Porém, isso não foi sempre a regra. A ditadura não permitiu em todos os seus âmbitos atitude moderada - a depender do contexto - em que dirigentes das instituições universitárias eram punidos quando eram considerados tolerantes ou ternos demais. Vale lembrar que as universidades foram alvo de violência nos campi, principalmente nos anos de 68 em diante.

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília é o principal aparato - fonte - utilizado neste trabalho para a realização das análises das falas dos professores e alunos perseguidos durante a Ditadura Militar. Criada em Agosto de 2012, a comissão foi instituída no contexto de criação de comissões estaduais e setoriais, que se

seguiu à instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), estimulando o processo da justiça de transição[1] no Brasil.

Segundo o site da Comissão: Entre agosto de 2012 e abril de 2015, a Comissão Anísio Teixeira investigou violações de direitos humanos e liberdades individuais ocorridas entre 1º de abril de 1964, data do golpe militar e que se seguiu de imediata intervenção de tropas na universidade, até 5 de outubro de 1988, dia de promulgação da Constituição democrática brasileira.

Durante mais de dois anos e meio, a CATMV colheu depoimentos de docentes e estudantes perseguidos, analisou extensa documentação do Arquivo Nacional e de outros acervos e realizou audiências públicas.

Entre os casos emblemáticos analisados pela Comissão, estão o de Anísio Teixeira, reitor da UnB afastado do cargo pelos militares e morto em 1971 em circunstâncias cuja elucidação policial têm sido questionada, e os desaparecimentos de Honestino Monteiro Guimarães, Paulo de Tarso Celestino da Silva e Ieda Santos Delgado. As técnicas utilizadas foram, além das entrevistas analisadas em áudio/vídeo das reuniões propostas pela comissão, à pesquisa documental.

Com o uso da história oral temos uma busca pela verdade histórica através das relações de memória vividas pelos estudantes durante o período ditatorial. Segundo Delgado (2003), Os melhores narradores são aqueles que deixam aparecer em suas palavras na escrita de um enredo que inclui lembranças e registros, observações, silêncios e análises, emoções, reflexões e testemunhos. São eles sujeitos de uma única visão, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida. A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção dessas narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. Sendo assim, segundo Grossi e Ferreira (2001), a razão narrativa

[1] "A justiça de transição pode ser entendida como um conjunto de ações, dispositivos e estudos que surgem para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais ou indivíduos que ocorreram na história de um país. Dentro dos contextos mais distintos que cada país pode oferecer, alguns objetivos comuns podem ser estabelecidos como norteadores gerais da Justiça de Transição: julgar os perpetradores de crimes e das graves violações de direitos humanos; estabelecer a verdade sobre os fatos ocorridos no período; registrar, reconhecer, e dar visibilidade à memória como construção imprescindível da história do país; oferecer reparações às vítimas; reformar as instituições que participaram direta ou indiretamente das violações cometidas." Texto disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/index.html

desemboca no saber contar um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais.

Ainda segundo Delgado (2003), por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, modifica a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado.

> [...] As narrativas produzidas pela história oral incluem-se entre as narrativas históricas, que se distinguem das narrativas épicas, que são lendárias, atemporais. [...] As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam. Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam. (DELGADO, 2003: 23)

Os discursos que são produzidos em um determinado período tentam mostrar os possíveis regimes de verdades e/ou construções de que a história é capaz de produzir em uma sociedade. Aqui, procura-se analisar as representatividades e análises das memórias através do corpo discente e docente da Universidade de Brasília durante o período da Ditadura Militar. Esse processo descrito tem como objetivo mostrar a luta/resistências e vivências de alguns professores e alunos que passaram pelo processo ditatorial dentro da Universidade. Esse mesmo processo é evidenciado com as interpretações únicas de cada um dos que passaram pela Comissão da Verdade da UnB, que carregam consigo dimensões do individual e do coletivo no processo de desvelamento de suas memórias.

Para Delgado (2010), a memória, se constitui em vários elementos de um mesmo processo. Tornando-se pontes de ligação, elos de corrente, que se interagem às múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento. A memória – como forma empírica da experiência e conhecimento – é um caminho viável para que indivíduos percorram a temporalidade de suas vidas.

A memória é capaz de nos fazer revelar sentimentos e aflorá-los à medida em que se faz recordação de um momento vivido. A história do tempo presente vem para fazer jus à análise das memórias aqui constituídas pelos estudantes e professores perseguidos durante o regime militar. A memória é responsável pela construção e desconstrução do indivíduo em um determinado lócus. Nessa perspectiva, as memórias enquanto representações influenciam o que é o ser no mundo e nos possibilita enxergar quem é o outro. As memórias são individuais e tornam-se coletivas, a partir do momento em que há a reunião das pessoas, compartilhando essas memórias e rememorando-as.

Ainda segundo Delgado (2010), a memória carrega consigo um valor simbólico e individual. No caso presente, a ditadura é o período em que essas memórias – dos alunos e professores universitários – foram construídas. A memória é construída através de imagens, assimilações de um passado, fazendo correlações com o presente. As memórias construídas através dos entrevistados nos ajudam a formular uma base de estudos de um determinado período da história brasileira e, com isso, analisar – mesmo que em visões individuais – uma história presente e coletiva. Essa história é dada graças à memória e as representações que cada indivíduo traz consigo, fazendo assim, uma relação entre as vivências dos mesmos e relatos analisados com a história do período em questão. Essas representatividades únicas e individuais podem ser capazes de criar uma memória sobre a Universidade de Brasília de modo a fazer emergir um discurso no qual seja possível subtrair das representações postas nas narrativas os subterrâneos do cotidiano vivido por aqueles que experienciaram a ditadura militar no campus.

Assim, falas transcritas dos entrevistados através de reuniões realizadas no âmbito da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília aparecerão no corpo do texto como forma de corroboração para se analisar as representações dos professores e estudantes sobre os anos de ditadura militar.

Utilizando a oralidade e o que ela representa, os alunos e professores se veem amparados em dar o seu depoimento sobre sua passagem na Universidade de Brasília durante o regime ditatorial. As lutas, as perseguições e suas conquistas e dificuldades são analisadas com o objetivo de traçar uma narrativa construída a partir do imaginário experienciado nesse período sobre a Universidade. Acredita-se aqui que os relatos orais de memórias dos entrevistados, podem construir significados sobre si e sobre um cotidiano político, social e cultural dentro da Universidade de Brasília no contexto do regime ditatorial.

Afim de procedermos a empreitada proposta na presente pesquisa, esta monografia se subdivide em dois capítulos

No primeiro capítulo procura-se fazer uma contextualização das experiências universitárias experimentadas durante o regime militar. A partir de uma mescla entre uma análise das Universidades brasileiras atingidas pela Ditadura Militar e à Universidade de Brasília em específico, procuro tecer uma narrativa na qual se consubstancia uma relação entre o contexto local vivido pela UnB e outras instituições de ensino superior. O capítulo traz as peculiaridades que o regime militar proporcionou às Universidades juntamente com algumas falas e análises de trechos transcritos da comissão responsável pela coleta de informações dos depoentes que estavam nas instituições nesse período. A análise e o debate sobre o uso da escrita da memória vêm corroborar com as falas carregadas de interpretações singulares. O capítulo exemplifica, ainda, as mudanças rotineiras no tratamento das universidades, as perseguições políticas e militares dentro dos campis, bem como as prisões e processos de censuras recorrentes nessas instituições.

O segundo capítulo é composto de análises das falas transcritas da Comissão da Universidade de Brasília se utilizando do aparato da oralidade, de imagens criadas de si e do outro, através da memória. Nele, busca-se compreender o período da Ditadura Militar que assolou o país por longos 21 anos e perseguiu estudantes e professores; prendeu e torturou os chamados “subversivos” com diversas ações militares, dentro das Universidades, em especial na UnB, que foi uma instituição perseguida desde a sua criação.

Por fim, o trabalho a ser apresentado tem como objetivo fazer a análise da mescla entre as falas dos depoentes da comissão e o período ditatorial dentro Universidade de Brasília. Buscar entender as consequências do regime dentro dessa instituição que era alvo dos militares por ser um local de resistência contrária ao regime.

UnB: Uma instituição perseguida

Para entendermos o contexto de perseguição e luta da Universidade de Brasília, é preciso analisar as Universidades brasileiras como um todo e em que contexto estavam durante o período da Ditadura Militar:

Embora possuam uma história recente, as universidades brasileiras passaram por processos turbulentos de disputas políticas, principalmente no período da ditadura militar brasileira. Mais especificamente entre 64 e 78. A ocupação dos espaços universitários pelo regime ditatorial justificou-se porque os militares viam nas universidades um perigo iminente de constituição de uma frente de resistência ao projeto pretendido pelo regime de exceção. A universidade, na concepção dos ditadores, era um lócus comunista, o que ameaçava sobremaneira o regime.

> Vitorioso o golpe, e antes que os novos donos do poder definissem em que rumos dariam o país, o expurgo dos derrotados já era sua primeira preocupação. Depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram os alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser salvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários. (MOTTA, 2014: 24)

No início dos anos 1960, algumas reformas eram previstas no que tange o âmbito das universidades. Essas reformas eram planejadas principalmente por lideranças acadêmicas que participavam do governo de Goulart. O filósofo Álvaro Vieira Pinto, por exemplo, defendia que, a maior reforma nas universidades seria o ingresso das classes mais pobres nas faculdades, visto que a elite era a classe tradicionalmente ocupante das vagas nas universidades. O exemplo mais conhecido de uma provável reforma era a UnB que fora projetada para ser a universidade que iniciaria o processo de renovação do sistema universitário Brasileiro.

A universidade de Brasília foi a primeira instituição universitária planejada para ser um centro de pesquisa com o auxílio de departamentos e institutos. Ao contrário do que se via: cátedras e faculdades. Originalmente a UnB possuiria 8 institutos diretamente ligados à áreas de pesquisas básicas complementados pelas faculdades que teriam um papel de

formação profissional como direito, engenharia, administração e educação por exemplo. Além disso, a universidade implementou os cursos de pós-graduação simultaneamente aos cursos da graduação.

> Os receios que a UnB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada para servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras. [...] Outra razão para merecer a atenção especial das forças da repressão: situada na capital federal, a Universidade de Brasília tinha a vocação de atrair estudantes de todo país; por isso, poderia irradiar ideias e comportamentos subversivos. As ambições iniciais do projeto da UnB foram abortadas pelas sucessivas crises políticas ali vivenciadas nos anos seguintes, pois ela seguiu na mira dos órgãos de segurança. Entretanto, paradoxalmente, parte da sua concepção original seria aproveitada pelo próprio regime militar na reforma imposta às universidades em 1968. (MOTTA, 2014: 35)

Tendo em vista todo o aparato acadêmico da universidade, sua ideia central e sua concepção, a Universidade de Brasília era bastante frisada. A ideia original da universidade era uma ideia para um futuro longínquo e promissor. A ditadura militar centrou suas investigações, invasões e seu poderio dentro da UnB por ser um espaço que abrigava alunos de diversas regiões e no qual o esquerdismo era tido como ameaça para o Brasil. O fato de estar na nova capital brasileira só reforçou essa ideia. Salmeron (1999) exemplifica que, a Universidade de Brasília foi a que mais sofreu com diversas interferências diretas e contínuas no funcionamento da instituição. Foi invadida quatro vezes por tropas militares, em Abril de 1964, em Outubro 1965, em Agosto de 1968 e em Junho de 1977. As razões eram de origem política: porque a lei que a criou foi proposta por Juscelino Kubitschek – o presidente que passou a ser tratado como inimigo pelo novo poder – e sancionada por João Goulart – o presidente deposto pelo golpe de Estado -, e porque Darcy Ribeiro – cujos esforços para que a UnB existisse eram bem conhecidos, tendo sido o seu primeiro reitor – tornou-se aliado de Goulart.

Numa atitude primária, combater a Universidade de Brasília era combater as ideias dos governos anteriores, além de combater o legado de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Cabe salientar que não só a UnB foi alvo destas perseguições. Para institucionalizar a perseguição, o regime instituiu a denominada “operação limpeza”.

A “Operação Limpeza”, segundo Motta (2014), foi a expressão utilizada pelos agentes do Estado e também por seus apoiadores para demonstrar a vontade imediata de afastar do

cenário político e público os adversários da temida força vermelha e recém-derrotados – trabalhistas, socialistas, nacionalistas de esquerda e os comunistas. Essa metáfora serviria para atuar, também, contra os corruptos em forma de punição, porém, em primeira instância serviu apenas para utilizá-la contra os opositores/ inimigos políticos. Ainda segundo o autor, os registros dos diplomatas norte-americanos em atividade no Brasil, na época, fornecem dados úteis para acompanhar o desenrolar do que chamaram 'Operation Clean-Up'.

Com a gama de informações que os americanos produziam – de acordo com as relações cultivadas de anos anteriores graças aos diversos convênios e aos programas de treinamento para os militares – foi possível fazer uma estimativa do quantitativo de pessoas detidas no momento do golpe que foi entre 20 e 30 mil pessoas.

A maioria dessas pessoas detidas logo foi solta e boa parte deles ficou livre de qualquer investigação. Segundo Motta (2014), em Maio de 1964 já se estimava um número por volta de mil e três mil pessoas que continuavam encarceradas. Não há como saber o número de professores ou universitários no meio desses presos, o que se sabe é que, apesar de diversas manifestações e ocupações de universidades pelo país, o medo começou a se instaurar, principalmente porque os boatos cresciam sobre o destino que aguardavam os militantes de esquerda; no Rio de Janeiro, por exemplo, circulavam histórias de que grupos que eram anticomunistas estavam agindo na caça aos comunistas e matando-os.

Ainda conforme Motta (2014), as embaixadas e os Consulados tornaram-se os locais de acolhimento de quem tentava fugir da prisão, porém, essa alternativa rapidamente se esgotou. A grande maioria das pessoas se escondia na casa de amigos e de parentes, principalmente os dos interiores do país, apesar de isso não ser uma tarefa simples, já que nas rodovias eram instaladas barreiras com policiamento e a exigência do "salvo-conduto" que era expedido pela polícia. As "provas" de serem pessoas com afinidade aos pensamentos de esquerda eram incineradas, escondidos em casa de parentes, enterrados: em sua maioria livros. Isso fazia sentido por que hoje se sabe que os militares sempre partiam em busca de provas para confirmar a esquerdização dos militantes.

Geralmente os locais de detenção eram as delegacias, os quartéis e também as penitenciárias, até casos de navios que foram transformados em presídios temporários, o que confirmava a falta de espaço para os detidos devido ao alto número do quantitativo de pessoas presas na primeira onda repressiva.

Professores da época, cansados de se esconderem, retornavam a seus lares para aguardar a prisão – haja vista que o "derramamento de sangue" parecia inexistente até então. Depoimentos colhidos desses professores em 1964 indicam que a violência física – pelo menos nesse primeiro momento – era limitada e que as violências psicológicas eram mais frequentes.

Em grande parte das universidades brasileiras, as aulas foram suspensas em decorrência das operações dos policiais e dos militares. As instituições passavam por rigorosa vistoria. Semanas depois dessas vistorias as aulas foram sendo retomadas aos poucos, porém, não se sabia ao certo se todos os alunos voltavam às atividades normalmente, se teriam sido presos, se estavam em fuga ou até pior. As aulas voltaram e com elas os militares também, permanecendo de guarita nas universidades. As instituições passavam por constante vigilância e sempre sob cautela. Acumulavam, agora, outra função: tutores da universidade. O retorno das aulas e o ensaio da normalidade não significavam de maneira alguma o fim dos expurgos nas universidades, pelo contrário, era apenas o início de uma série de medidas que a ditadura tomaria nas universidades. Os ministros da educação, nomeados pelos militares, demonstravam em seus discursos os anseios de se fazer uma "limpeza no MEC" (Ministério da Educação). Em suas palavras para "sanear o comunismo" das instituições que eram responsabilidade do Estado e que era responsável pela formação da juventude brasileira.

Os estudantes eram expulsos das instituições ou abandonavam por conta própria. Quando podiam, alguns estudantes regressaram à instituição com a abertura política, outros estudantes que tinham a possibilidade financeira terminaram os estudos no exílio. Alguns exemplos de instituições afetadas pelo regime:

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), por exemplo, era um instituto bastante visado porque os estudantes tinham um grande diretório do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e isso foi o suficiente para os militares desligarem cerca de 12 estudantes e os levarem presos logo quando se iniciou o golpe.

Na FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia) - unificada posteriormente como Universidade do Brasil (UB) - "o poder militar também se fez presente, e de maneira mais ostensiva: soldados ficaram à porta da faculdade por alguns dias após o retorno das atividades"[...] Obviamente, o clima na instituição era de incertezas e tensão e os estudantes

alinhados à esquerda tiveram de "adotar postura discreta, tendo de tolerar a nova desenvoltura de estudantes e professores de direita". (MOTTA, 2014, p.35).

> O expurgo nos meios universitários resultou de tensões acumuladas no período do governo Goulart, quando se defrontaram lideranças intelectuais pertencentes a campos ideológicos opostos. Em algumas situações, as disputas político-ideológicas se combinaram com conflitos internos às instituições, mobilizando também interesses pessoais. (MOTTA, 2014: 36).

A UNE (União Nacional dos Estudantes) era uma instituição com influência já no início dos anos 1960 no debate político, principalmente durante o governo de Goulart, que amparou algumas das reivindicações da instituição e também concedeu cargos oficiais aos militantes egressos das diversas organizações estudantis. Os universitários foram bastante ativos no período pré-64 e tiveram como palcos de conflitos de ideias – esquerda/direita - as próprias faculdades, participaram do debate acerca do analfabetismo no Brasil, a criação dos sindicatos que defendessem os pequenos produtores rurais e também no processo de organização da população menos favorecida nas favelas dos grandes centros brasileiro. Já "entre os professores universitários a situação não era a mesma, e as ideias de esquerda não encontravam tanta receptividade. Nos meios acadêmicos eram fortes os laços com valores conservadores, em alguns casos até com a extrema direita.". (MOTTA, 2014, p.26).

O conselho universitário da UB dissolveu os diretórios estudantis que agiram com indisciplina diante dos fatos que levaram ao golpe de 1964, eram eles os de Engenharia, Direito e de Filosofia. O número de estudantes detidos foi bem superior ao de professores. Os militares escolhiam e nomeavam "interventores" – geralmente alunos alinhados à nova ordem – da direita ou "democratas" para fazer a limpeza das universidades.

> Do interior da direita universitária saíram muitas das denúncias contra colegas de esquerda, que foram apontados à polícia ou às reitorias na expectativa de vê-los atingidos pela "limpeza". Nos arquivos se encontram documentos dessa natureza, como cartas de professores indicando comunistas "infiltrados" entre estudantes e professores. Na UMG houve casos nas Faculdades de Medicina, Arquitetura e Engenharia. Na Faculdade de Medicina, a carta foi assinada por 23 "membros do corpo de ensino e médicos da faculdade", que se dirigiam ao general Carlos Luís Guedes para "congratular-se com a V. Exa. E hipotecar-lhe integral apoio pelas investigações que vêm sendo feitas para apurar a possível existência de agitadores comunistas entre os estudantes estrangeiros". No entanto, continuava a carta, a medida semeadora ficaria incompleta se não fossem punidos os responsáveis pela

> cerimônia de aula inaugural na universidade, realizada poucos dias antes do movimento militar, no início de Março de 1964. O evento consistiu em palestra do chefe da Casa Civil da Presidência e ex-reitor da UnB, o professor Darcy Ribeiro, de quem os missivistas não reconheciam sequer o título, chamando-o de inspetor de alunos que "despudorada e cinicamente ostentava o título de professor". Os denunciantes consideraram a cerimônia um espetáculo degradante e deprimente, verdadeiro "comício comunista". (MOTTA, 2014: 39).

Por serem importantes polos de conhecimento e debate as universidades foram alvos de perseguição contínua. Nas principais universidades atingidas pelos militares, sempre existiram os dois lados: os estudantes mais à direita do espectro político e os mais à esquerda. Era comum que os estudantes se unissem para o debate e para a criação da resistência contra os militares (não somente os considerados de esquerda) e, também, estudantes que ou por medo do regime ou da resistência, acabaram por serem "apoiadores" dos militares. Em muitas universidades existiu a prática da denúncia de estudantes advinda por outros estudantes: estudantes à direita do espectro político ou estudantes a favor do regime militar ou, ainda, estudantes que se sentiam ameaçados com todo o caos instalado dentro das instituições. Professores adeptos do regime e funcionários das instituições também eram importantes delatores daqueles que se organizavam contra a ditadura dentro dos campi das universidades. Era comum que esses mesmos delatores assinassem cartas afirmando as denúncias com o envolvimento da resistência contra os militares e também depondo em juízo, caso necessário fosse, contra os acusados. Muita adesão oportunista foi vista durante esse período, era o momento perfeito para quem quisesse "crescer" na carreira e na política, por exemplo, geralmente pessoas que, provavelmente, teriam dificuldade na ascensão da carreira dentro da universidade. Ou seja, a homogeneidade da esquerda nas Universidades não existia.

"A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela "infiltração comunista" que o corpo docente." (MOTTA, 2014, p.33). O fato mais conhecido e simbólico dessa atitude de se perseguição aos estudantes foi a completa depredação e destruição, por meio de um incêndio no dia 1° de Abril de 1964 no RJ, da sede da UNE por grupos de direita que viam naquele prédio a personificação da esquerdização dos alunos, algo que deveria ser combatido.

Segundo Salmeron (1999), para que haja perseguições, os responsáveis se atribuem poderes, arbitrariamente. Escorregam, então, numa irracionalidade sem fim, e tentam

justificar cada atitude irracional por outra, nesta atitude de negação acabam perdendo o controle da situação que criaram. Isso foi o que aconteceu com a Universidade de Brasília.

1.1. 1964, o ano em que se quis silenciar o conhecimento: A primeira invasão da UnB

Segundo Salmeron (1999), no dia 9 de Abril de 1964, o reitor Anísio Teixeira, o vice-reitor Almir de Castro, os professores, os estudantes e funcionários da universidade de Brasília, ocupados em suas tarefas, foram surpreendidos por uma operação fora do comum: tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais tomaram de assalto o campus como se estivessem invadindo uma fortaleza. Foram transportadas em quatorze ônibus acompanhados de três ambulâncias, demonstração de que os militares esperavam resistência armada. Os invasores devem ter ficado surpresos ao constatar a paz que reinava naquele ambiente de estudos e de trabalho. [...] Houve procura de armas que não existiam no campus. Seguiu-se uma batida sistemática, com inspeção minuciosa, da reitoria, da biblioteca, de todos os escritórios, de todos os setores da instituição.

> O que me ficou na memória era um ônibus verde do exército, os outros eu não sei, mas eles deviam ter requisitado por aí. Eram dois batalhões da policia militar mineira, ironicamente de Montes Claros, a terra do Darcy Ribeiro, e outro de Diamantina sob o comando do exército. Nós já estávamos instalados aqui né?! Já tínhamos vindo do expediente normal, quando eles desceram em operação de combate, falando ordens e tal, se rastejando pela... eles vinham meio sujos assim, porque estavam a dias no... caminho né?!. E então eles foram descendo e ocupando tudo isso aqui. E chegaram em frente ao ICA, montaram uma metralhadora, daquelas metralhadoras inglesas antigas, provavelmente com a armas de 14. [...] Puseram ali, deitaram ali e começaram a dar ordem e aí começou uma sucessão de episódios jocosos se não fosse reveladora da tragédia que a gente estava começando a viver. [...] Quando os rapazes da GEB, quer dizer, o Grupo Especial de Brasília, que era... era o embrião da Meganha né?! E invadiu ali o ICA o pessoal do DOPS, pessoal à paisana e então eles entraram armados com aquelas metralhadoras e começaram a verificar coisas e tal [...] (Luís Humberto M. Pereira, Ex-professor, arquiteto e fotógrafo) (Filme: Barra 68 – Sem perder a Ternura).

Segundo Delgado (2003), o olhar do ser humano no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os seres humanos que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As

análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história experienciada, no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem, no entanto o modificar.

Luís Humberto nos mostra como as primeiras invasões à Universidade de Brasília vem a ocorrer. O clima tenso e de desconfiança por parte dos militares, acreditando haver resistência armada na instituição, invadiam salas e prédios da UnB como se entrassem preparados para o campo de batalha. Militares fortemente armados chegavam à Universidade com metralhadoras, cassetetes e gás lacrimogênio a fim de encontrar resistência e pôr ordem no local que era um antro de comunistas, como era o imaginário da época.

> [...] Seja qual for o futuro prometido ao conjunto semântico da 'imaginação', a sua história recente revela uma problemática que se procura e define para lá das flutuações e ambiguidades semânticas. O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única 'real'. Em contrapartida, as ciências humanas tendem cada vez mais a considerar que os sistemas de imaginários sociais só são "irreais" quando, precisamente, colocados entre aspas. [...] A posteriori, os próprios agentes ficam muitas vezes surpreendidos com os resultados das suas ações. Este desfasamento nada tira, porém, as funções reais desses percursos imaginários. Pelo contrário, apenas as põe em realce [...] (BACZKO, 1985: 298).

Segundo Hall (2016), representar significa descrever ou retratar um determinado ato ou memória. Luís Humberto constrói suas representações a partir de um conjunto semântico de imaginação através de suas memórias vividas durante a ditadura dentro da Universidade de Brasília. As suas representações dão o cerne para o eixo central da discussão de memória e identidade de um período vivido não somente por ele, mas diversos alunos e professores da época. Essas memórias construídas individualmente e se transformam em reminiscências de um tempo passado com a corroboração de suas falas e representações acerca dessas mesmas memórias. Isso nos traz – ou pelo menos tenta trazer – um viés de verossimilhança nas histórias contadas e reproduzidas por quem viveu o período proposto. Como nos confirma a autora sobre o tempo:

> O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão

> a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro. (DELGADO, 2003: 10)

Os militares, naquela situação, traziam os nomes dos professores que deveriam procurar. Muitos não se encontravam na Universidade e, atendendo ao pedido de Anísio Teixeira, muitos professores compareceram à instituição para prestar esclarecimentos visto que os professores não tinham o que temer. Os professores foram presos- e não apenas os professores – e levados para o quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, segundo Salmeron (1999). A notícia da invasão na universidade se espalhou por toda a cidade.

A biblioteca da UnB e os diversos escritórios dos professores foram interditados por 14 dias. Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos dos cargos que lhes cabiam e, ainda, o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília – que tinha alguns participantes como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Abgar Renault e Hermes Lima (membros do Conselho Federal de Educação) foi destituído -.

O tratamento violento dispensado à UnB, segundo Motta (2014), explica-se pela imagem que a jovem universidade (fundada em 1962) tinha nos meios conservadores. Ela era considerada um seio de comunistas reunidos pelo Marxista Darcy Ribeiro, um de seus fundadores, com o objetivo de desencaminhar a juventude brasileira. A valer, entre os professores contratados pela UnB havia gente de esquerda, incluindo alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Oscar Niemeyer, Claudio Santoro e Fritz Teixeira de Salles, por exemplo. Porém, para os defensores do projeto da universidade, a presença de professores de esquerda era coincidência, e não fruto de um plano perverso.

> No que toca à invasão de universidades em 1964, a situação mais dramática foi a da UnB. O campus foi transformado em um cenário de guerra, com ocupação por Tropas da Polícia Militar (PM) mineira e do Exército, de armas em punho. Vários professores e estudantes foram presos, muito embora alguns dos mais procurados já tivessem se evadido. Parte deles logo foi liberada, enquanto outros permaneceram detidos por mais tempo, em instalações militares, submetidos a interrogatórios e humilhações. Testemunha dos acontecimentos, o professor Roberto Salmeron elaborou relato vívido sobre aquela que seria a primeira de uma série de invasões sofridas pela UnB. Os soldados interditaram a biblioteca à procura de textos subversivos. Entre os livros retidos constavam *O Vermelho e o negro*, de Stendhal, e *O círculo Vermelho*, de Conan Doyle. Os militares ocuparam o campus de maneira ostensiva por duas semanas. (MOTTA, 2014: 33)

MATERIAL DE PROPAGANDA COMUNISTA APREENDIDO PELO EXÉRCITO NA UnB – UNIVERSIDADE CERCADA. Era essa a principal manchete do dia seguinte publicada pelo *Correio Braziliense* de 10 de Abril de 1964. Na ocasião, segundo o jornal, tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais haviam cercado quase completamente os prédios da Universidade, colocando metralhadoras em posição de fogo. Os pavilhões severamente vigiados foram o Instituto Central de Artes, chamado pelos estudantes de "Minhocão", a Biblioteca e o Pavilhão de Mecanografia, que logo após as buscas foram interditados devido às pesquisas que se pretende fazer no local. Salmeron (1999) citando a notícia completa: O serviço Secreto do Exército acredita ainda existir bastante material subversivo escondido naquelas dependências. Todos os panfletos apreendidos foram levados para o quartel do Batalhão da Polícia do Exército. Ainda na reportagem o jornal cita que, na ocasião, foram presos cinco estudantes, apontados pelas autoridades como agentes comunistas, havendo uma série de agitações na universidade, principalmente quando da eclosão das várias greves na classe universitária. No mesmo instante, todos os professores da UnB foram detidos pelo Exército e, após prestarem depoimento, liberados, não podendo sair de Brasília caso ocorressem novas investigações e possíveis interrogatórios.

Entre os livros mencionados na notícia, segundo Salmeron (1999), alguns são desconhecidos, e os conhecidos encontram-se em bibliotecas de qualquer universidade de qualquer país do mundo. [...] Circulavam várias histórias jocosas a respeito de obras consideradas suspeitas: tábuas de logaritmos teriam sido tomadas como códigos secretos, livros teriam sido julgados subversivos porque suas capas eram vermelhas. O autor completa que não há o que se rir nesse episódio, cuja gravidade era tão grande quanto à incerteza que anunciava para o futuro. Aqueles soldados, infelizmente sem acesso à cultura, não tinham condições de julgar, não eram responsáveis, simplesmente executavam ordens. Os responsáveis, conscientes do que faziam, eram militares de alta patente, políticos e jornalistas, coniventes na preparação ou estimulação daqueles atos. Segundo a notícia do *Correio Braziliense,* ainda foram apreendidas algumas bandeiras de países socialistas, como a China comunista [...] as quais, nas ocasiões próprias, são hasteadas no campus. A bandeira que figurava no clichê em apreço é a do Japão, país com o qual esta universidade mantém excelentes relações, e não a da China comunista como, por equívoco, foi noticiado. (Correio Braziliense, 10 de Abril de 1964 apud SALMERON, 1999, p. 165-166).

> [...] A pesquisa documental acrescenta também que não era necessário provas, para que os alunos e professores fossem apontados como "inimigos" do regime militar.

> Uma simples acusação, dada por terceiros, um simples discurso que indicasse afinidade com a revolução social, ser pego lendo um livro de viés marxista, ou até mesmo um livro de capa vermelha que não tinha nada a ver com o marxismo, era o bastante para que pessoas fossem consideradas uma ameaça ao regime. Chega a ser jocoso a atitude dos militares ao prender e interrogar pessoas que carregavam livros vermelhos. Muitas vezes tais livros não tinham ligação nenhuma com a perspectiva ideológica da revolução social. O valor simbólico da cor vermelha levou muitos militares ao equívoco, pois tal cor estava presente em bandeiras de países comunistas, em bandeiras dos partidos comunistas, como também na capa de alguns livros de matriz ideológica marxista – viés que sustentava os levantes revolucionários e o ideário comunista. O comunismo se tornou um "monstro" a ser combatido e, esse "monstro" tinha uma cor: vermelho. (LONGO, 2014: 37,38).

É surpreendente que autoridades e repórteres não conhecessem qual era a bandeira do Japão. Esse é um exemplo de como falsas notícias eram divulgadas com a maior imprudência e absoluta impunidade. Quando não havia reações para desmascará-las, eram propaladas como verdadeiras, conforme Salmeron (1999). Esse clima de perseguição e invasões altera sobremaneira o cotidiano da Universidade de Brasília, para além da força do aparato militar, a intervenção do governo ditatorial invadiu outras instancias, uma delas foi a reitoria, na medida em que os reitores passaram a ser indicados pelo ditador.

1.2. Reitoria: Um lugar estratégico.

A reitoria é o órgão executivo máximo dentro de uma universidade que é regida por um reitor. É onde são tratadas todas as questões administrativas da instituição, sejam elas financeiras ou burocráticas. É da reitoria que surgem os institutos e departamentos que são diretamente ligados à instituição. Os militares buscavam ter o controle da reitoria através do reitor porque a partir disso teriam o controle da Universidade.

O processo de expurgos dentro da reitoria foi crucial para que o regime se estabelecesse de vez dentro das universidades. Esse processo foi um dos balizadores para o funcionamento e manutenção da operação limpeza. Com a operação, agora, funcionando, os estudantes e professores que tentavam resistir perdiam o aporte institucional de dentro das universidades facilitando, assim, as expulsões dos docentes e discentes.

Cerca de 6 instituições no regime ditatorial tiveram seus reitores afastados do cargo, sendo elas: UnB (Universidade de Brasília), UFPB (Universidade Federal da Paraíba), URGS (Universidade do Rio Grande do Sul, URRJ (Universidade Rural do Rio de Janeiro), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), e a UFG (Universidade do Goiás). Além de uma tentativa falha na UMG (Universidade de Minas Gerais), atualmente Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ainda Cabe lembrar que o número de instituições universitárias no Brasil era de apenas 25. Portanto 6 universidades serem alvos de expurgos, torna-se um número preocupante. A URGS, por exemplo, foi uma das instituições que mais demitiram professores e expulsaram alunos, juntamente com a UnB. No caso da URGS isso se deveu ao fato de que o novo reitor (Carlos Milano) – escolhido pelos militares – pretendia mostrar serviço por pretensões políticas. Achando que estando ao lado do regime, seria bem visto e alcançaria objetivos profissionais pessoais. Na UnB as demissões em massa e a expulsão de alunos se deu pela quantidade de vezes que a Universidade foi invadida. O fato de estar na capital da república corroborava a ideia de que a ameaça comunista dentro da Universidade não poderia existir em plena capital e porque os alunos eram muito ativos no sentido de organização política para a resistência contra regime militar. A ascensão dos militares permitiu que os setores mais à direita se fortalecessem. Na Paraíba, o reitor foi acusado de ser adepto às ideias esquerdistas e incitar os jovens universitários nessa ideologia. Os militares regionais imediatamente após o golpe decidiram pela sua expulsão. Prova crucial de sua "admiração pelo esquerdismo" foi a descoberta de que o reitor tinha sido "agraciado com a comenda de honra da União Internacional dos Estudantes, cuja sede é praga". (MOTTA, 2014, p.47).

A intervenção na Universidade Rural do Rio de Janeiro teve em seus altos mais violência empregada, visto que o reitor expulso pelos militares foi o único a ser encarcerado pelo regime. Prova de que ele representava um perigo aos estudantes – com suas ideias esquerdistas – e à nova ordem dos militares, era a de que o reitor teria pagado o transporte dos estudantes no dia do comício das reformas, em Março de 1964 com o Goulart no poder, para participarem dos atos. O reitor, Ydérzio Vianna, foi preso por mais de 40 dias com alguns alunos da instituição. A dois alunos foi praticado o ato de tortura, amarrados e abandonados em lugar ermo, inclusive.

No Espírito Santo o reitor foi expurgado, provavelmente por ter ligações com a ala janguista do PTB. Já no Goiás o reitor foi expulso apenas no fim do ano de 64. Castello

Branco não via o porquê de expulsá-lo já que o mesmo participava do PSD – ala conservadora em apoio dos militares durante o regime – porém, convencido de que havia infiltrações comunistas no governo do Estado e dentro das instituições, optou pela expulsão do reitor.

Na Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto o diretor foi afastado juntamente com outros 17 professores. Cabe salientar que nessa universidade, os estudantes eram bastante ativos no processo democrático quando se referia a debates e participação popular, atuando em campanhas de alfabetização e da cultura popular brasileira e, haviam ainda, conseguido uma representação paritária nos órgãos colegiados da universidade, o que era um caso raríssimo no país e que incomodava o regime ditatorial.

> Os processos de intervenção revelam as já mencionadas ambiguidades do novo sistema de poder, que às vezes mostrava-se sensível a argumentos liberais e a propostas moderadores. [...] Outro aspecto significativo era a preocupação em evitar o uso dos militares no papel de interventores, recorrendo de preferência a professores simpáticos ao regime, ou a personagens híbridos, ou seja, professores que eram também oficiais militares (da ativa ou da reserva). (MOTTA, 2014: 53).

Vale mencionar, ainda, que em documento publicado pela (DSI/MME) – Divisão de Segurança e Informações e o Ministério das Minas e Energia – sugere aos superiores da UFF (Universidade Federal Fluminense) e à Universidade da Paraíba que, nomeassem um oficial cientista para comandar o Centro Latino-Americano de Física, "mas com a recomendação: "Cabe salientar que este nome deve ser lembrado estritamente por sua qualidade de professor cientista'". Note-se o cuidado de negar a existência de processo de militarização das universidades e instituições de pesquisa." (MOTTA, 2014, p.53).

Na Universidade de Brasília o processo não foi diferente. A reitoria tinha ligações diretas e indiretas aos militares que estavam no poder, as trocas, as reuniões e os embates entre reitoria e o restante da UnB era frequente.

O presidente da república, sem qualquer consulta a nenhum órgão competente à universidade, empossou o novo reitor que comandaria a Universidade de Brasília. Isso fazia parte do plano dos militares para obterem mais controle administrativo dentro da instituição.

> [...] Quatro dias após a invasão militar do campus, o governo baixou decreto oficializando a destituição do reitor, Anísio Teixeira, e de seu vice (Almir de Castro), assim como de todo o Conselho Diretor. O escolhido para assumir a reitoria foi o professor Zeferino Vaz, "revolucionário" de primeira hora e administrador

> universitário respeitado por seu trabalho na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, unidade pertencente à USP. Tentou-se dar aparência de legalidade ao ato convocando-se o CFE para referendar a intervenção e a indicação de Vaz, embora as normas legais não tenham sido inteiramente cumpridas. [...] o conselho acabou por aprovar as ações na UnB e a indicação [...] O bom entendimento entre governo e membros do CFE se repetiria nos casos das outras intervenções. (MOTTA, 2014: 43)

Zeferino Vaz, o novo reitor, assumiu em uma situação delicada. Alguns professores e até estudantes ainda se encontravam presos e, contava ainda, com a pressão de que os militares poderiam demitir os "subversivos". É importante lembrar, ainda que, Brasília, a nova capital, era jovem e mesmo instituições tradicionalmente comuns como a Igreja e a Imprensa poderiam servir de freio para as atitudes e ações dos militares, o que não acontecia, obviamente, como em outras capitais brasileiras. Um ex-professor da instituição nos fala suas impressões acerca do período de Zeferino e suas políticas à frente da instituição:

> [...]Nós tínhamos aqui uma atividade muito grande e um atendimento muito grande aos alunos... então quando foi em 64, com o golpe de 64... em que houve.. nós tivemos as primeiras prisões aqui na Universidade de Brasília [...] É a partir da prisão desses professores, eles começaram todo um processo com o primeiro interventor, pró-tempore, que era o Zeferino Vaz, que foi um mentiroso, um canalha, sem o menor caráter. Ele deu uma entrevista, eu tava morando já no Rio de Janeiro, dizendo que ele nunca tinha demitido um professor, ele nunca tinha demitido um professor por razões políticas. No dia 8 de Maio de 64 ele demitiu os professores, por conveniência da administração, Francisco Eron de Alencar, José Albertino Rodrigues, Eustáquio de Toledo Filho, Lincon Ribeiro, Perseu Abramo, José zanini caldas, Edgar Albuquerque Grife, Rui Mauro de Araújo Marini e Jairo simões. Aqui tem o pessoal de... de arquitetura, tem o pessoal de economia, tem.. o Mauro que era da política, ciência política, o Jairo que era da economia, etc. Pelas mesmas razões, poucos dias depois, no dia 15 de Maio, ele demitiu os professores Álvaro Fortes Santiago, uma das mais brilhantes cabeças que eu conheci em minha vida na economia [...] (Luiz Fernando Victor) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB)

Luiz Fernando Victor nos exemplifica como foi a sua impressão com a nova reitoria, controlada pelos militares, e as consequências disso. Luiz cria relembra sua memória e cria sua perspectiva sobre o reitor e as suas diversas políticas incongruentes de expulsão de alunos e professores. Segundo Delgado (2003), Tempo; memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da

memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder. Sem qualquer poder de alteração do que passou. O tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado.

> Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referencia no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percepciona divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; (BACZKO, 1985: 309).

O trabalho de um reitor escolhido indireta ou diretamente pelos militares era inglório e cheio de pressões. As suas questões pessoais deveriam ficar de lado e, como em todos os reitores que a Universidade de Brasília teve, Zeferino Vaz foi mais um reitor com dificuldades. Porém, como mesmo aponta Luiz Fernando, Vaz demitiu diversos professores e sabia das invasões ocorridas na instituição. A vigilância constante dos alunos e dos professores considerados "subversivos" era permitida graças à gestão do reitor.

Conforme cita Motta (2014), Desde o início do trabalho o novo reitor tinha uma tarefa muito difícil. Ele precisava tentar administrar uma universidade que os militares preferiam ver aniquilada. Ainda segundo o autor, tudo era vigiado, e mesmo um reitor afinado ideologicamente com o novo regime não tinha sossego, pois os menores detalhes eram constantemente controlados, até o programa musical da orquestra universitária precisava seguir novas regras. Circulavam pelos corredores da UnB que, nesse período, ilustrativo do clima político: o comandante do Batalhão da Guarda Presidencial mandava na instituição tanto quanto o reitor. Luiz, ex-professor, continua:

> [...] A universidade de Brasília foi destruída por duas pessoas. Comandaram pessoalmente a destruição da universidade de Brasília. O Castello Branco, e o Costa e Silva. O próprio Salmeron que esteve com os dois, o Salmeron cita no livro dele que esteve com eles. Eles diziam textualmente, o... os professores tais não podem ficar, tal não pode ficar, diziam o nome dos professores, o Presidente da República, o ditador ditava pros professores que ia ao seu gabinete, a chamado deles ou não, ditavam o nome de quem deveria ser deposto ou não. O que eu quero dizer com isso é que nós... nós tivemos esse momento maravilhoso da universidade que foi substituído pelo terror implantado até 85. E que essa universidade começa a se recuperar efetivamente como uma unidade, claro que aos trancos e barrancos porque

> essas coisas são complicadas mesmo mas, ela começa a se recuperar, depois que Cristóvão chegou. Essa que é a verdade que os professores e alunos elegeram Cristóvão e o Cristóvão foi um reitor que tentou recuperar realmente e até hoje... a universidade, claro que tem milhões de problemas, um problema sério hoje é o minhocão, que até hoje não é acabado, não é um projeto acabado... é um projeto inacabado. [...] (Luiz Fernando Victor) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Segundo Hall (2016), como as pessoas pertencem à mesma cultura compartilham um mapa conceitual relativamente parecido, e elas devem, também, interpretar signos de uma mesma linguagem. Isso se faz possível com as memórias dos depoentes aqui transcritas. Há uma semelhança nos discursos dos entrevistados e suas representatividades, embora individuais, tornam-se coletivas e de um mesmo processo histórico de perseguição dentro das Universidades, em especial à UnB, e à luta e resistência dentro das mesmas. Delgado (2010) confirma que a memória é algo inerente ao ser humano e ela faz parte do processo de construção de identidade de si e do outro. Essas criações de identidades permitem ao historiador uma análise das memórias citadas pelos entrevistados. A história oral vem de encontro com o que é explanado e apresentado pelas memórias individuais que se tornam coletivas, ela é responsável pela assimilação do texto escrito dos diferentes processos históricos e as falas dos depoentes da comissão. Luiz coloca suas impressões e memórias dentro de suas falas. O ex-professor nos mostra suas análises próprias dentro do processo da lembrança de suas memórias e como foi o momento para ele dentro da UnB, principalmente quando se tratava no quesito: reitoria.

O terror implantado, segundo o entrevistado Luiz Fernando Victor, é crucial para a manutenção de um regime ditatorial, principalmente em lugares onde a resistência existirá de forma ou outra. Os presidentes da república tinham influência direta na escolha de quem deveria estar ou não na Universidade de Brasília, corroborando a ideia de que a vigilância constante existia e vinha da alta cúpula do governo. A Universidade de Brasília nunca pode ter seu projeto inicial instalado, testado e continuado; a resistência de uma universidade autônoma e única sempre fez parte da nova instituição, apesar dos problemas citados pelo depoente.

Ainda segundo Motta (2014), Zeferino Vaz viveu um problema comum a outros reitores nos anos seguintes: como administrar instituições na “alça de mira” dos militares, sob pressão para afinar-se com as necessidades da “segurança nacional”, e conseguir fazê-lo sem

alienar-se completamente do corpo docente e evitando conflitos graves com os estudantes. Os dirigentes universitários precisavam manter a confiança do governo e evitar a fúria dos "órgãos", mas, ao mesmo tempo, não desejavam incorrer na desconfiança da comunidade acadêmica, principalmente dos professores, sob pena de não conseguir administrar a universidade da forma adequada. O autor confirma: É verdade que muitos professores aplaudiram a derrubada de Goulart, quiçá a maioria. Porém, isso não significa que todos apoiassem irrestritamente os militares, e menos ainda as ações repressivas contra as universidades, que geravam reações corporativas. Além disso, a aceitação e popularidade do governo foram caindo com o tempo, ao mesmo passo que aumentava a resistência e a militância de oposição, sobretudo nas universidades. Para Vaz, o quadro era ainda mais complicado, pois a maioria dos professores da UnB tinha afinidade com o governo deposto e, no mínimo, desconfiava dos novos ocupantes do poder.

> [...] Ele negociou com as autoridades a liberação de alunos e professores presos, e assim ganhou pontos no front interno; porém, ao mesmo tempo, demitiu nove professores e instrutores. É significativo que as demissões não tenham sido precedidas de inquéritos internos ou comissões de sindicância, mas resultaram de ato intempestivo do próprio reitor. Vaz preferia resolver tais situações à sua maneira, e manteria esse estilo quando reitor da Unicamp. Os processos de afastamento foram simples atos administrativos, já que ninguém ali havia adquirido estabilidade e, em muitos casos, nem sequer havia contratos regulares de trabalho, em decorrência da recente criação da UnB. O ato punitivo do reitor recém-empossado provocou descontentamento, e alguns professores de sociologia e economia demitiram-se em solidariedade aos colegas. [...] A crise foi contornada, até porque muitos professores desejavam a estabilização do quadro para continuar o trabalho. O fato de Vaz ter demonstrado simpatia pelo formato da nova universidade (em lugar de faculdades, ela possuía institutos voltados para a pesquisa, e os professores não se organizavam em cátedras, mas em departamentos) ajudou a acalmar os ânimos e a gerar expectativas menos pessimistas quanto ao futuro da instituição. (MOTTA, 2014: 44)

À época, o MEC solicitou que a UnB devolvesse dois funcionários cedidos. Um deles era professor de sociologia, Roberto Décio de Las Casas, do qual o reitor tentou não ceder – para não provocar mais os ânimos de professores e estudantes. Ao primeiro caso Vaz atendeu ao pedido sem muitas dificuldades. Já no caso do professor Las Casas a pressão dos militares foi intensa porque o reitor não queria aceitar o pedido. Segundo os militares eles possuíam registros sobre "pregressa militância comunista" do professor procurado e, por isso, Vaz teria sido obrigado a atender ao pedido dos militares. Diante de tantas polêmicas, com greves

estudantis e protestos dos professores, o reitor renunciou ao posto. Laerte Ramos seria o indicado para assumir o posto da Universidade sob a justificativa de que Vaz teria saído para organizar uma futura universidade em Campinas (Unicamp). As dificuldades políticas enfrentadas pelo ex-reitor contribuíram para a sua decisão. Segundo Motta (2014), aquele não era um cargo fácil, e os dois reitores seguintes viveriam mandatos igualmente tumultuados.

> [...] Como ele manteve a decisão de afastar o professor Las Casas, a comunidade acadêmica reagiu, e não somente em solidariedade ao colega, mas porque queria dar um basta às perseguições que intranquilizavam a todos e que poderia servir de precedente para outros expurgos. Os protestos evoluíram para a decisão de demissão coletiva dos coordenadores e, logo depois, para uma greve conjunta de estudantes e professores. A resposta do novo reitor foi pesada: para intimidar os grevistas, ele recorreu à Polícia Federal, cujos agentes prenderam vários professores; quinze deles foram desligados de uma só penada (dez professores tiveram os contratos de trabalho rescindidos, outros quatro foram devolvidos aos órgãos de origem, e um instrutor teve a bolsa cancelada). Indignados e sem enxergar melhor alternativa, cientes de que o projeto original da UnB estava morto, os professores optaram por um protesto final: a demissão em massa. Aproximadamente 80% do corpo docente da UnB pediu demissão em Outubro de 1965, 233 professores no total. [...] Com o passar dos meses, contratações foram realizadas para suprir as vagas dos demissionários, e a universidade voltou a funcionar, porém novas crises políticas estavam à sua espera. [...] (MOTTA, 2014: 46)

Ivonete, uma das estudantes perseguidas pelos militares durante o regime no exemplifica como era o tratamento aluno/reitor. No caso específico, o reitor era Calos Azevedo, reitor anos mais tarde na Universidade de Brasília.

> [...] O Azevedo sempre foi uma figura emblemática pra mim porque era uma perseguição do nada, na minha concepção. Vazia e do nada. E então eu tinha a ousadia de encará-lo fisicamente, eu ia à reitoria e quando ele tava no corredor eu olhava, da cabeça aos pés e voltava e olhava e novo, ele não se aguentava e saia. Um dia ele me viu no corredor e bateu o pé e aí eu olhei pra ele e falei assim: viu algum cachorro passando por aqui?! E continuei olhando dos pés a cabeça. E silencio. E eu optei pelo silencio com ele o tempo inteiro de minha convivência com a Universidade porque eu nunca o reconheci como reitor dessa universidade. E sim como representando do SNI aqui dentro.[...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Segundo Delgado (2003), além dessas questões inerentes à categoria tempo e espaço, outras a ela relacionadas contribuem para que sua conceituação alcance grau de complexidade

ímpar. Ou seja, na dinâmica da temporalidade o que é específico é também múltiplo. Em outras palavras, se o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana, também a define como vivência da pluralidade, pois em cada movimento da história entrecruzam-se tempos múltiplos, que acoplados à experiência singular / espacial lhe conferem originalidade e substância. Dessa forma, na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país, entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida universitária propriamente dita, a da cidade na qual a universidade está inserida, a do país na qual está integrada – e a do movimento estudantil em si mesmo, com suas heterogêneas vivências e a dos estudantes, sujeitos principais desse processo específico.

Os estudantes, compreendendo a situação moral em que os professores se encontravam, manifestaram-lhes solidariedade com diversos atos e também declarações, no prosseguimento dos estudos. Segundo Salmeron (1999), "não conhecemos outro exemplo, no Brasil nem no exterior", de tanta paz e harmonia de pontos de vista e união da maioria dos professores e dos estudantes em defesa da autonomia de uma universidade.

Ainda segundo Salmeron (1999), durante o regime militar, as universidades brasileiras e outras instituições ligadas ao ensino superior ou à pesquisa eram restritamente controladas por oficiais das Forças Armadas. O presidente do CNPq, por exemplo, foi um general. O coronel Darcy Lázaro era o responsável pela vigilância da Universidade de Brasília e exercia esse papel abertamente e, sempre que necessária, fazia sentir a sua presença na instituição. O coronel sempre participava de reuniões com o reitor na reitoria da Universidade.

O controle nas universidades obedecia, quase sempre uma lógica na qual o regime determinava como aconteceria o controle. Cabe salientar que, muitas vezes, esse controle se instituía pelas pressões internas e externas no sentido de controlar os possíveis subversivos. Para tanto, a administração ditatorial, durante o regime, se utilizou amplamente de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), com o pretexto de manutenção da ordem.

1.3. Expurgos: faces de um procedimento inquisitório

Os inquéritos Policial-Militares (IPMs) são a primeira coisa que nos vem à cabeça quando o assunto é a expulsão de pessoas de cargos diversos. O IPM se trata de um procedimento investigativo que integra o processo judicial penal militar. Em 1964 os militares

no poder incorporaram o IPM às práticas para investigação de políticos e de crimes militares. Foi usado em larga escala na ditadura, graças à decisão dos comandantes das forças armadas, amparados pela Lei de Segurança em vigor na época. Os IPMs deveriam ser usados apenas para a investigação desses crimes e eram amplamente utilizados pelos serviços de inteligência dos militares, porém, o uso negligenciado dos Inquéritos transformou-o em arma para os militares cometerem abusos de poder. Qualquer ato de subversão, qualquer prisão que os militares viam como "importante" era utilizada a força dos inquéritos policiais. Usado de maneira inconsequente o poder dos militares aumentava cada vez mais.

> [...] O rótulo do estudante da UnB era: é comunista, é subversivo e né... tem que ser reprimido. Felizmente o Marco Euzi Neto, aceitou a causa com o argumento que eu havia levantado que se o Azevedo tivesse algum conhecimento sobre a nossa história ele teria aplicado o 477. E aí o Marcos falou assim: pois é, ele contrariou a lei da própria ditadura. Vamos entrar com mandado de segurança. E foi com esse argumento, que contrariou, ele não cumpriu a lei, é que a gente conseguiu retornar e continuar o curso de Medicina. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ivonete, estudante perseguida, relata em depoimento, o uso do 477. Era o Decreto-Lei 477/69[2]. A lei definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Um dos artigos da lei fazia referência a uma punição caso um professor ou aluno alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha a finalidade da paralisação da atividade escolar; outro artigo fala sobre a responsabilização das pessoas que atentassem contra as outras ou aos patrimônios dentro dos estabelecimentos de ensino e fora dele também. Essa lei em específico era a lei que permitia a legalidade da perseguição dos militares. Os IPM'S tornavam-se cada vez mais comuns dentro das universidades.

Era sabido que o mais "correto" a se fazer era que os próprios órgãos da administração pública tinham a autonomia de investigar seus servidores. Nas universidades isso coube ao reitor fazer em detrimento das ordens dos militares.

> Por toda parte, com maior ou menos entusiasmo, as autoridades públicas abriram processos de investigação contra "subversivos" e corruptos. Inquéritos administrativos contra faltas cometidas por servidores são parte da tradição do

[2] Decreto-Lei 477/69. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 de Dezembro de 2018.

> serviço público, mas agora se tratava de processos sumários, visando a expurgar inimigos políticos e corruptos, em cima de exceção e "caça às bruxas". [...] O diligente Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, [...] baixou uma portaria (n.259) determinando às universidades a "instauração de inquéritos administrativos". Os reitores foram informados por telegrama. [...] A linguagem do aviso ministerial aos reitores não é impositiva, pois usa termos suaves, como "sugerir" e "agradecer". Mas, no contexto da época, seria arriscado não aceitar a "sugestão do ministro, de instaurar inquéritos". (MOTTA, 2014: 58).

A Comissão Geral de Investigações (CGI) tinha o papel de facilitar as investigações que precederiam os expurgos de servidores públicos; isso já acontecia de maneira enfática pelo próprio MEC que, através de decreto, permitia que o ministério fizesse esses expurgos. Em relação às universidades o MEC não entrava em detalhes acerca do funcionamento dessas comissões nas instituições. Cada universidade tinha a autonomia necessária para realizarem esses expurgos de maneira discreta, ou até mesmo secreta. Eram designados alguns membros para tais comissões e, muitas vezes, o reitor era o único conhecedor da existência dessas sindicâncias. Na USP, por exemplo, eram três membros a parte do conselho. Gama e Silva – reitor da época – afirmava-se como "linha diamante", o que seria mais duro que a linha dura dos militares. Ele pretendia mostrar serviço com a direita conservadora e tinha pretensão de alcançar altos cargos com os militares. Isso gerou repercussão internacional graças à reputação de alguns perseguidos e também às conexões que a universidade possuía. Pouco se sabe desses inquéritos e investigações que atuaram simultaneamente com os IPMs, isso acabou gerando confusão na memória de quem foi perseguido, por exemplo.

Na URGS montou-se uma comissão com mais de 15 membros que produziam atas e se subdividiam em subcomissões para a realização das investigações e interrogatórios com os membros da instituição; tudo bem complexo e burocrático.

As investigações e as comissões muitas vezes acabavam por perseguir pessoas que não estavam ligadas diretamente a alguma resistência contra o regime ou que eram ideologicamente de esquerda, por exemplo. Diplomatas americanos demonstravam solidariedade contra professores renomados e que nada tinham a ver com resistência ou pensamentos esquerdistas. Os diplomatas se preocupavam com o desgaste que o governo poderia causar dando ênfase aos "alvos errados" e chamaram os episódios do desgaste desnecessário das autoridades brasileiras de "terrorismo cultural". Porém, toda essa

indignação era discreta. O entusiasmo com a perseguição – correta – contra a esquerda revolucionária era apoiada.

Na UMG, por exemplo, as sindicâncias não funcionaram com queriam os militares. O reitor – amparado pelo decreto do MEC – iniciou as investigações e instaurou a comissão com 5 membros efetivos (todos os documentos da UMG foram liberados). Porém, o trabalho desses membros era mais burocrático e nada efetivo. O reitor não queria assumir uma responsabilidade "típica da polícia". "Sua estratégia foi atender a determinação do MEC e nomear uma comissão [...] mas sem ânimo real para apontar culpados. [...] o trabalho da sindicância se restringiu a solicitar informações aos diretores das faculdades e ao Dops, não tendo realizado interrogatórios." (MOTTA, 2014, p.63). O resultado das investigações não agradou em nada os militares e os obrigaram a intervir na reitoria. A intervenção foi um fracasso e recuaram. As demissões na universidade tiveram que ser adiadas.

Os primeiros meses da intervenção se passaram e a sensação era de que a "operação limpeza" estava chegando ao fim. O ato institucional só permitia os expurgos até Outubro de 1964, ou seja, a brecha "legal" para as expulsões tinha terminado seu prazo. Entretanto, mesmo com os ânimos mais calmos nas universidades e a insegurança tenham se dissipado mais, os inquéritos e investigações continuavam acontecendo, a vigilância dos órgãos que eram responsáveis pelas investigações também. Porém, apesar de clara insatisfação dos grupos da direita conservadora (por conta do serviço "incompleto" da operação), o ambiente repressivo foi aos poucos se acalmando.

Alguns professores, percebendo que o clima político havia amenizado, começaram a retomar suas atividades, dar aulas, fazer pesquisas e muitos voltaram do exterior para reassumirem os cargos que haviam se licenciado.

> Passada a fase dos grandes expurgos, jovens com ideias de esquerda voltaram a assumir o comando das entidades principais, inclusive da UNE, declarada ilegal pelo governo, mas em funcionamento na clandestinidade. Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos depois de 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança. A "normalização" pretendida pelo governo passou pela tentativa de enquadrar os estudantes em novo formato legal, ao mesmo tempo permitindo as entidades associativas e vedando-lhes qualquer caráter contestador. Mais uma das ambiguidades do regime militar, que poderia simplesmente ter proibido qualquer entidade estudantil. Isso não foi feito porque pareceria muito ditatorial aos olhos da

> opinião liberal e moderada, que preferia ver os diretórios estudantis em funcionamento, enquanto se tentava criar entidades mais cooperativas sob o comando de lideranças "democráticas". (MOTTA, 2014: 70).

Com isso, deu-se a criação da Lei Suplicy, em novembro daquele ano, que estabelecia a criação do Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) que visava a substituição da UNE e instaurava a obrigatoriedade do voto para os estudantes na esperança de que os estudantes "silenciosos" derrotasse os candidatos da esquerda. A lei estabelecia a proibição dos estudantes participarem de paralisações estudantis e vetava o debate político-partidário nos diretórios acadêmicos. O fracasso da lei foi visível, na medida em que os estudantes não reconheceram o seu teor, o próprio governo extinguiu o DNE em 1967, com a promulgação de nova lei, que manteve os diretórios acadêmicos e as centrais na legalidade.

1.4. Vigilância e Invasão: Estratégias de controle

Segundo Salmeron (1999), o campus sendo abertos, os edifícios acessíveis sem fiscalização, olheiros da polícia e dos serviços secretos podiam andar livremente, assistir a aulas e a conferências, frequentar o restaurante e a biblioteca, imiscuir-se nas reuniões dos estudantes e de docentes. A vigilância da universidade era rigorosa. As autoridades policiais e militares sempre ficavam a par de tudo o que acontecia na instituição: assuntos ministrados nas aulas, discussões entre professores e alunos fora de aulas, conversas de corredor, reuniões, fatos diversos.

A vida dos alunos e também dos professores da UnB era vigiada e controlada dentro e fora do campus da instituição. Quatro professores foram abordados por policiais quando tomavam café na Avenida W3 (famosa em Brasília) sendo eles: Antônio Rodrigues Cordeiro, Jorge da Silva Paula Guimarães, Ênio L. de Freitas Melo e José Reinaldo Magalhães. Segundo os policiais, eles tinham ordens para leva-los à delegacia para passarem por interrogatório. Os interrogantes queriam saber se os professores pertenciam a grupos subversivos, pois eram professores que conversavam muito com os alunos mesmo fora da instituição – prática comum entre muitos professores e estudantes. Com esses "argumentos" os professores foram apontados como prováveis agitadores e encorajadores dos alunos à prática da subversão. Os docentes foram liberados, porém, poucos dias depois foram expulsos da Universidade.

No dia 29 de Agosto de 1968 a Universidade de Brasília é novamente invadida por tropas militares. Segundo nos conta Salmeron (1999), violência e tragédia, um estudante morreu atingido por bala na cabeça, quando ele, professores e outros estudantes interromperam os trabalhos para olhar soldados que penetravam na Faculdade de Tecnologia e estes, subitamente, começaram a disparar suas armas. A invasão foi uma verdadeira operação de guerra, meticulosamente preparada com a experiência de profissionais. O Correio Braziliense publica novamente a tomada dos militares à instituição. Na primeira página do jornal encontra-se a notícia: **DEPUTADOS E ESTUDANTES APANHAM NA UNIVERSIDADE** e, na última página do jornal: **UnB OUTRA VEZ TOMADA DE ASSALTO.** O jornal descreve a invasão à UnB:

> A Universidade de Brasília foi invadida, na manhã de ontem, por tropas da Polícia Militar do DF, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia do Exército e agentes à paisana do Dops, que, utilizando bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras, bazucas, revólveres e cassetetes, cercaram o campus universitário e retiraram das salas de aula todos os professores e alunos, sendo estes levados, de mãos levantadas, à quadra de esportes da UnB, para se submeterem à triagem. [...] Utilizando cerca de cinquenta viaturas e choques policiais, as tropas penetraram na Universidade exatamente às dez horas, ao mesmo tempo em que bloqueavam todas as suas vias de acesso, impedindo a entrada e a saída dos estudantes, que correram para todos os lados, quando foram surpreendidos, durante as aulas, pela invasão. [...] Não se sabe ao certo o número de estudantes presos, mas, entre eles, está o presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, Honestino Monteiro Guimarães, que juntamente com mais outros estudantes estão com prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª Região Militar. [...] Imediatamente após a invasão da UnB por todo o dispositivo policial do Distrito Federal, cerca de quinze parlamentares, entre senadores e deputados, se dirigiam ao recinto da Universidade, protestando contra o ato, mas a maioria deles foi proteger seus próprios filhos, que seriam submetidos à triagem da polícia. (Correio Braziliense, 29 de Agosto de 1968 apud SALMERON, 1999, p. 444-445).

A polícia Federal, na época, distribuiu à imprensa uma nota. A nota afirmava que a Polícia Federal teria recebido os mandados de prisão para diversos alunos, entre eles estava Honestino. A nota dizia, ainda, que a Polícia sabia que as autoridades da Universidade cederam salas para a realização de reuniões com teor subversivo. E que os poderes públicos competentes já estariam cansados da repetição desse fato e que não permitiriam isso na capital da república.

Conforme cita Salmeron (1999), Honestino Guimarães, que fora apresentado pela polícia como pretenso líder estudantil, foi preso novamente alguns anos depois e nunca mais foi encontrado. Nem vivo, nem morto; foi um dos desaparecidos.

Antonio Ibañes, ex-professor e reitor da Universidade de Brasília, conta-nos sobre um episódio em que Honestino era sempre bem visto e admirado por todos. Sua oratória e sua desenvoltura para a organização política o deixavam à frente de tudo. Apesar da esperança trazida nas palavras de Honestino, a preocupação era real e qualquer ameaça à vida do estudante ou invasões à Universidade eram esperadas. Todos sabiam que Honestino era um alvo importante para o regime ditatorial, por conta de sua liderança e pelo "alvoroço" que causava aos militares, por isso seria sempre procurado nos corredores e nos arredores da instituição. O medo e a vigilância tomou conta dos alunos, mas não os impediram de resistir, fazer passeatas, comícios, reuniões:

> Essa passeata saiu da w3, não sei se foi na Praça 21 de Abril ou se foi do cine cultura, não me lembro, cine cultura que era na 507 sul, até a praça 21 de abril que é na 503 por aí, ou 502. É... e em determinados momentos o Honestino aparecia, ele subia num caixote e.. enfim, incendiava.. Ele tinha uma oratória, que era realmente.. se ficava...[...] Então ele saia, fazia esse discurso e imediatamente os estudantes que o guardavam pra fazer a proteção já sumiam com ele e aparecia em outro canto. [...] mas isso foi já nesse clima do aumento de tensão... todo mundo sabia que em algum momento a universidade seria invadida porquê os jornais enfim... todo mundo sabia.. a repressão, a busca pelo Honestino e por outros estudantes... então.. havia esse temor e todo mundo sabia que o Honestino frequentava a universidade né?![...] (Antonio Ibañes) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Os policiais alegam que ao se dirigirem para a UnB, pacificamente, teriam sido surpreendidos com objetos sendo lançados e também pedradas pela "turma de segurança" dos ditos "baderneiros" pelas autoridades. Uma viatura teria sido virada e posta em chamas, segundo a polícia. Os policiais ainda complementam na nota de que vários disparos foram feitos contra as autoridades e, muitos desses tiros, viriam do interior da Universidade de Brasília e, alega ainda, que diversos policiais estariam feridos, inclusive um oficial da PM.

Waldemar Alves foi um estudante atingido na cabeça durante a invasão à Universidade. A confusão se alastrou por boa parte do campus e a generalização da violência se deu no Instituto Central de Ciências (ICC), onde os policiais fortemente armados

começaram a soltar tiros pelo campus contra os estudantes que corriam. Um dos tiros foi parar na cabeça de Waldemar que se encontrava no mezanino do ICC Ala Norte. O estudante caiu até o térreo sujando as paredes de sangue; socorrido e vivo, ele nos conta essa experiência em fala retirada do filma: Barra 68.

> Então o pessoal veio correndo lá de cima da antiga é... reitoria. Vieram pra cá, eu fiquei em cima ali e perguntei assim: o que é que ta havendo aí? Ah a polícia que veio aí por isso todo mundo correndo aí. Povo berrando aqui. Só vi de lá pra cá porque era aberto ali, sabe?! Correndo de lá pra cá. Era aberto lá, depois que foram começar a fazer as salas essas coisas. Então eu disse assim: poxa, eu não tenho nada a ver com isso, to aqui tendo aula aqui. Daqui a pouco... sei lá! A bala pegou em mim! Eu caí pra cá, caí pra baixo aqui. Tomei o tiro, aconteceu assim, virei assim as mãos pra aqui, tinha sangue caindo aqui. Eu só soube depois que um professor de um coronel, que foi cassado aqui depois da UnB aqui, que me socorreu, me levou pra uma sala, me pôs em cima de uma mesa [...] Pegou aqui, a bala penetrou aqui, quebraram aqui... tiraram um 38 da minha cabeça aqui.. [...] Fiquei 10 dias no hospital distrital, quando eu acordei o médico disse assim olha: seu filho, falou pro meu pai, ele vai acordar, mas não vai conhecer ninguém, aí eu disse: papai, o que eu to fazendo aqui? O médico ficou apavorado, esse médico é o doutor João da Cruz e uma vez ele falou pra mim: Waldemar; joguei fora meus livros de medicina. (Waldemar Alves, ex-aluno atingido por tiro na cabeça) (Filme: Barra 68 – Sem perder a ternura).

Às 17 horas do dia 29 de Agosto de 1968, o Hospital Distrital de Brasília distribuiu a seguinte nota (SALMERON, 1999):

> Às 11 horas de hoje, 29/8/68, deu entrada no pronto-socorro do HDB o universitário Waldemar Alves da Silva Filho, com traumatismo crânio-encefálico, produto causado por um projétil de arma de fogo. Foi submetido a tratamento cirúrgico pela equipe da Unidade de Neurocirurgia. O paciente encontra-se sob cuidados médicos especiais, sendo seu estado considerado grave. [...] O paciente permanece na sala de recuperação do centro cirúrgico, onde está sendo assistido por uma equipe de médicos, devendo permanecer naquele centro até amanha [...]. O único policial atendido pelo hospital foi esse atingido por uma pedra; não apareceu nenhum policial e nenhum oficial da Polícia Militar ferido por bala. (SALMERON, 1999: 447).

A nova invasão à Universidade de Brasília gerou muita repercussão por todo o país e, em especial, no Congresso Nacional. Uma delegação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi até a instituição e produziu um relatório para o partido.

> Visitamos, em primeiro lugar, os laboratórios da Faculdade de Medicina, onde pairava ainda uma tênue camada de gás lacrimogênio, cujos efeitos prontamente sentimos. A porta traseira do laboratório fora arrombada, a pontapés, pelos policiais, no momento em que os alunos trabalhavam em estudos de anatomia, com cobaias. A marca de uma das botas estava nítida na porta arrombada. [...] Em seguida, visitamos o andar superior, em que funciona a Faculdade de Tecnologia. No terraço havia manchas de sangue do estudante Waldemar Alves da Silva Filho, baleado pela polícia. Também na parede que dá para o patamar inferior e no próprio patamar inferior havia manchas de sangue, No gabinete, para onde fora o rapaz recolhido por seus colegas e por professores, registramos uma grande mancha de sangue sobre a mesa onde o corpo fora colocado. Na mesa também estavam os documentos do estudante, também ensanguentados. (SALMERON, 1999: 448-449).

Devido aos ataques feitos contra a Universidade de Brasília, os professores, alunos e também os funcionários fizeram um manifesto em conjunto em forma de protesto. O manifesto vinha a dizer que era necessária a busca pela veracidade dos fatos (deturpados por alguns órgãos de informação) e que por isso faziam o manifesto, para exemplificar as atrocidades cometidas pela polícia à invasão da UnB.

O manifesto traz consigo as informações de que os militares teriam invadido a Universidade como se fossem numa missão de um país em guerra. Armados com cassetetes e rifles. Bombas de gás lacrimogênio, espancando alguns estudantes e professores. E, ainda, a depredação do patrimônio como as instalações e salas da instituição e revistando docentes e discentes como se fossem criminosos comuns ou prisioneiros de guerra. Na carta, segundo Salmeron (1999), os signatários advertem a nação de que as atividades da Universidade não poderão ser retomadas sem a punição dos responsáveis e a obtenção das garantias necessárias, que se consubstanciam na libertação de estudantes e funcionários presos, na cessação de IPM'S e na segurança da manutenção da integridade do campus, do que se espera seja dada ampla divulgação pela imprensa. O manifesto alerta, ainda, aos pais que os alunos da instituição não se encontram seguros e os professores solicitam, ainda, a coparticipação dos pais dos alunos na luta para que a obtenção das garantias mínimas para o prosseguimento da tarefa educacional seja cumprido.

O reitor da época era Caio Benjamin Dias e ele encontrou-se com o presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva para investigar os acontecidos na Universidade de Brasília. Conforme Salmeron (1999) nos mostra, um jovem foi morto. Alguns funcionários, professores e os estudantes da instituição foram espancados, os direitos humanos foram

violados e o material da universidade foi destruído. Por fim, não houve processo e nem acusação contra ninguém. Não havia responsáveis pelo ato. Tudo aconteceu como se não tivesse acontecido.

Percebe-se que durante a ditadura, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, o clima foi de tensão, terror e medo na universidade, mas a vontade dos docentes, discentes e todos os que pertenciam à UnB, de não deixar de ter esperança parece ter sido algo perene. Embora a UnB tenha sido uma das universidades a sofrer um processo de perseguição intensa, tendo toda a sua proposta inicial modificada à "Universidade Interrompida", mesmo diante da tortura, da censura, das prisões e de mortes sobreviveu como uma instituição que não se vergou ao regime.

A Ditadura militar na UnB: Representações construídas pelos estudantes

O trabalho de um historiador remete a várias versões de um mesmo processo histórico. Ele, segundo nos conta Pesavento (2003), precisa saber que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, o historiador deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma única verdade ou até mesmo absoluta. O mais certo seria afirmar que a história estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas.

A expectativa do historiador – e de um leitor de um texto histórico – é de encontrar nele algo de verdade sobre o passado. O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito real e verossímil.

Ainda nesse enfoque, percebe-se que, as diferentes formas pelas quais os indivíduos e os grupos se dão a perceber, Segundo Pesavento (2003), "comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos". Por isso, para os historiadores o objeto de captura do passado à própria energia da vida é trazido visto que diferentes formas e sensibilidades não comparecem somente no cerne de um processo de representação do mundo e a como correspondem essas mesmas representações. Maria José, mais conhecida como Maninha, nos relata um pouco de sua primeira experiência com Brasília e a Universidade. As sensações produzidas, descritas pela depoente, são formas de expressar sua coragem em vir pra uma nova cidade, uma nova capital e, ao mesmo tempo, fazer reconhecer suas inseguranças e expectativas com o novo ciclo que se iniciaria.

> Eu sou de 67, cheguei à Universidade de Brasília, era um 13 de Dezembro de 1966, um dia chuvoso, eram 7 horas da manhã. O ônibus vindo de Belo Horizonte começou a percorrer o eixão pra chegar até a rodoviária, eu me perguntei: o que que eu vim fazer nessa cidade?! Saída de Minas Gerais, do colégio estadual, vinda do interior de Januária. Filha de um pequeno fazendeiro, extremamente conservador, mas que permitiu que a sua filha fosse estudar sozinha em Belo Horizonte. Então eu me perguntei: o que eu vim fazer aqui? Eu passei o vestibular em Belo Horizonte, e vou tentar o vestibular da Universidade de Brasília. E não me entendi, não entendi a situação, mas vim. Passei, aí a dúvida ficou pior ainda, vou assumir ou não vou

> assumir a minha vaga de estudante na Universidade de Brasília?! E aquele Dezembro, 13 de Dezembro chuvoso, desci na rodoviária, vim diretamente pra Universidade de Brasília, achei a Universidade estranha, porque era uma Universidade em construção, poucos alunos, pequena, diferente da Universidade de Minas Gerais, né?! Mas gostei.. gostei e fui muito bem recebida pelos alunos que recepcionavam os novos... àqueles que vinham fazer a inscrição pro vestibular. Achei o pessoal festivo, agradável. Fiz a minha inscrição e voltei pra Belo Horizonte. [...] (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB)

De acordo com Baczko (1985), o conflito no âmbito pessoal seria capaz de levar os indivíduos a produzirem novas formas, novos mecanismos de combate no próprio plano imaginário para alcançar um objetivo. O imaginário, então, pode ser entendido como uma construção pessoal da memória e das representatividades de si mesmo com o mundo. Essa representatividade é de suma importância para o entendimento do conceito de imaginário social em que os concorrentes se valeriam do processo de disforização da imagem do seu adversário (concorrentes no tempo histórico), assim tornando este ser um ilegítimo perante o meio social. Ao mesmo tempo em que procurariam uma forma de reconhecerem a si mesmos a sua figura perante o grupo, visando, assim, legitimar a sua superioridade e autoridade. Backzo (1985) exemplifica ainda, que o imaginário produz um importante peso sobre as esferas política e social. Outra depoente é Ivonete Santiago, que esteve com Maninha em diversos processos vividos na Universidade de Brasília. Ela nos mostra suas primeiras impressões da cidade e da Universidade:

> Tivemos então ali nos interiores, o primeiro êxodo político, eu tinha 21, 21 anos na época e... impressionante porque você percebe que todo o chão que você acredita sai de sua realidade, o bispo da cidade, Dom Quirino e o Juiz de direito, chamou a equipe do MEB e colocou que não havia mais segurança da permanência nossa na cidade, eles fizeram um grande trabalho, porque em seguida eu tirei férias e vim conhecer Brasília. O primeiro lugar que eu conheci de Brasília, tirando a trajetória da estrada até chegar a rodoviária central, foi a UnB. E fiquei impressionada com o que eu vi na UnB. Não eram prédios, não eram monumentos, eram barracos de madeira, onde funcionavam os cursos da época e o ICC estava iniciando a construção. As primeiras vigas lá do ICC Sul. Eu acompanhei a construção desse prédio todinho durante o período de estudante aqui. Ah... eu fiquei apaixonada pela Universidade e fui à secretaria saber como que fazia pra uma pessoa entrar pra Universidade. Claro que eu sabia que existia vestibular, mas eu não tinha preparo ainda, achava que eu não tinha pra fazer o vestibular. Na secretaria fiquei sabendo que as pessoas que não tinham vestibular, mas que gostava do que a Universidade

> fazia podiam entrar como aluno especial. Então eu entrei como aluna especial e as disciplinas que estavam sendo oferecidas eram de professores que também vinham de outros locais de perseguições políticas. Portugal, Espanha né?!... Tinha a ditadura de Salazar, ditadura do Franco. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB)

Os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade, fazendo com que os seres humanos desse tempo percebam a realidade em que se inserem e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Ou seja, Segundo Pesavento (2003) o propósito dessas mesmas análises tem o papel de "decifrar a realidade por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo.". Isso fica latente nas palavras de Ivonete quando nos conta suas primeiras experiências dentro da Universidade de Brasília. No depoimento ela demonstra-se empolgada e feliz por estar vivendo num ambiente tão rico e acolhedor.

> [...] E eu entrei em duas disciplinas que me chamaram muito a atenção. Uma era literatura portuguesa, que tinha o professor Agostinho, um professor Portugues e filosofia grega. De alegre porque... não sabia, era uma forma de entrar. Eu não lembro quem era o professor de filosofia grega... Eudoro de Souza.. Isso! E passei um semestre ali, depois, um semestre eu fiz o vestibular pra letras e comecei a fazer literatura brasileira, literatura portuguesa e entrei numa disciplina chamada: crítica literária. Passei 6 meses, 1 semestre né, não eram 6 meses, 1 semestre nesse curso e aproveitava as horas que tinha disponível e estudava pro vestibular de medicina. Quando eu... pra vocês terem ideia do que era esse lado afetivo, nós e a UnB, era quase algo inseparável. Eu me lembro o professor Domingos Carvalho era o professor de crítica literária e ele mandou que a gente escolhesse um autor pra fazer a crítica literária. A neófita que escolheu Ariano Suasuna. Ele... ficou pasmo na sala de aula. A obra que eu conhecia era O Alto da compadecida, que tinha lido naqueles momentos ali do movimento de educação de base.. então eu falei: bom, eu tenho que falar de alguém que eu já li alguma coisa. Aí citei Ariano Suasuna e ele disse assim: você é maluca?! Eu falei: ainda não, mas... quem sabe né?! E fui fazer... E ele falou assim: pois... arrume outro autor. Eu falei não. E ele disse: não tem ninguém que consiga fazer crítica literária ao Ariano Suassuna. E eu fiquei intrigada, eu amava a obra dele. Aí descobri o endereço do Ariano Suassuna e mandei uma carta como estudante da UnB que eu precisava fazer um trabalho sobre ele e não tinha material, mas que eu já tinha conhecimento das obras dele e tal. Coincidentemente o Ariano Suassuna veio dar um curso de iniciação teatral e eu fiz esse curso com o Ariano

> Suassuna. E eu me identifiquei e eu falei: eu mandei uma carta! E ele falou: e eu trouxe o material pra você... e... é algo assim... impressionante. Em 67... e o Ariano Suassuna então me passa o material, os críticos de Jornais e tal... colocando assim, que era impossível fazer uma crítica sobre ele. E eu resolvi então: agora o desafio está colocado, essa Universidade é pra mim um desafio e fiz o trabalho e aí o Domingos, no ultimo dia de entrega do trabalho, disse assim: tem uma aluna que não entregou ainda, ela tem até meia noite pra entregar o trabalho. A sala dos professores era naquele prédio que tem a rampa da faculdade de educação hoje e... eu cheguei 15 pra meia noite com o trabalho, pedi o guarda que ficava sentado na cadeira, numa porta, que assinasse como testemunha o horário que eu estava entregando e eu enfiei de baixo da porta da sala do professor. E no dia seguinte a gente tinha aula e ele chegou e disse assim: eu quero comunicar a vocês na sala de aula que a maluca da aluna que eu tenho conseguiu fazer o trabalho. Claro que ele me deu SS no trabalho né... então pra mim, a partir dali a Universidade era isso. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Maria José, a Maninha, também nos mostra como a recepção na Universidade de Brasília se deu. Sua experiência com a nova chegada a capital a trouxe esperança e amizades. Seu apelido, inclusive, surge do fruto de uma amizade que nascia e que nos ajudaria a contar a trajetória dos estudantes da UnB durante o período ditatorial.

> [...] E fui recepcionada por um grupo, que era um grupo que deveria receber os calouros da Universidade de Brasília. E neste grupo, haviam duas pessoas que me chamaram muito atenção, pelo carinho como me receberam. Joaquim Proposta e Honestino Guimarães. O Joaquim Proposta, Pernambucano, é... de cara me adotou como uma amiga que ele iria tomar conta. [...] Um militante do movimento da Universidade de Brasília, daqueles bem esculhambados. E junto com ele, Honestino Guimarães que me vê, e a Isaura tem razão. Sedutor como ninguém. Honestino se aproxima [...] Nós vamos arrumar uma vaga na Colina e você vai ficar morando ali na Colina até que a gente consiga te alojar. E aí os dois passaram a ser os meus protetores na Universidade de Brasília. E Honestino começou a me apresentar pra todas as pessoas como a irmãzinha dele. E me apresentava de irmãzinha... e de irmãzinha em irmãzinha, eu virei "Maninha". (risos).[...] (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Seria através das imagens criadas de si, em uma determinada época, que uma sociedade manifestaria e esconderia as suas intenções, bem como o lugar que lhe caberia naquele contexto histórico (BACZKO,1985, p. 303).

> [...]E fui e fiz o vestibular, então no 2 semestre de 67 entrei pro curso de medicina. Que foi uma das experiências mais ricas que eu já tive na minha vida. Enquanto fazia o curso de medicina e o curso é sempre draconiano, eu nunca vi currículo mais pesado de ensino do que do curso de medicina. E a gente tinha tempo pra assistir aos sábados consertos no auditório da musica, a gente tinha tempo pra ir no ICA fazer... horas de... ateliê. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

"Maninha" (Maria José) em seus relatos à Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília nos conta ainda sobre uma experiência que teve na instituição. Uma experiência nada agradável e que rendeu muitas manchetes aos jornais que tentavam deslegitimar a força que a UnB tinha em resistir a um processo ditatorial. Seus estudantes eram constantemente taxados e uma dessas histórias aconteceu com Maria.

> [...] Chegando à Universidade de Brasília, eu vivo um momento em que o jornal O GLOBO, desencadeia em relação à Universidade de Brasília, uma campanha de desmoralização, não só do movimento estudantil, mas também da Universidade de Brasília. Era o momento do Caio Benjamim como reitor, né?! E eu chego em um momento em que havia, em que o professor Ramon Blanco, odiado por todos nós, mas que cumpria um papel muito bem estruturado que era de denunciar a todos e a tudo e contribuir para que esta campanha de desmoralização pudesse acontecer. Infelizmente, num fatídico dia, na Colina, nós estávamos realizando uma pequena festa, como todos estudantes realizam, e nessa festa todo mundo bebia, todo mundo dançava, nada havia de anormal em tudo isso, quando de repente eu sou retirada da festa, aliás esse episódio eu nunca contei, estou contando pela primeira vez, é... como se eu tivesse sido drogada e tivesse sido estuprada por um outro estudante. Esse estudante veio a responder por um processo criminal e eu... me tiraram daquilo ali e no dia seguinte eu estava internada no Hospital Santa Lúcia, para me submeter ao exame de Corpo e Delito, e denunciaram o estudante porque havia acontecido esse episódio e o reitor, Caio Benjamim, não poderia compactuar com isso. (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Maria José continua seu relato:

> Porque essa era a denuncia que o jornal O GLOBO fazia de uma festa estudantil, onde nada havia acontecido. E eu fui sedada, acordei sem entender o que estava acontecendo e de repente havia uma família do meu lado, a mulher do reitor, e a mulher do reitor me explicando que eu seria retirada da Universidade de Brasília, levada pra morar com essa família, até que todo o episódio pudesse ser esclarecido. Eu falei: mas que episódio?!... Mas você não se lembra do que aconteceu na festa?

> Isso foi noticiado nos jornais. Falei: mas não aconteceu nada, não aconteceu absolutamente nada. Não... porque você não se lembra, você foi drogada... e eu falei: não aconteceu absolutamente nada! Mas esse episódio foi muito explorado pela imprensa e, nada de fato havia acontecido. E aí me retiraram da Universidade e eu passei a morar fora da Universidade na casa de um.. de uma família. Alagoano que depois se tornaram os meus amigos. (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Maria José não pode continuar na Universidade de Brasília por conta de uma história inventada por um jornal e perpetuada por um regime que faria de tudo para deslegitimar as individualidades dos alunos na figura de um reitor controlado por ele.

As imagens construídas pelos estudantes são parte fundamental para se entender a vida de cada um, a luta de cada indivíduo, e as conquistas e dores causadas por essa mesma luta que na perspectiva do discurso produzido nos rastros da memória se diferenciam. Além disso, essas imagens – que partem do imaginário individual – são essenciais para o entendimento do coletivo que os homens, em todas as épocas, construíram para si mesmos, dando um sentido ao mundo. Maninha deu sentido a isso começando a participar dos movimentos estudantis que existiam na Universidade de Brasília, muito por causa de seu amigo e militante assíduo, Honestino Guimarães.

> [...] E mais tarde, entrar numa célula do movimento estudantil. Nesse período, de convivência com Honestino, assim que eu cheguei à Universidade de Brasília, foi um momento de muita participação das passeatas da w3. [...] E aí andava pela avenida e de repente dava de cara com a repressão e aí era um "pega pra vá cá", era um... saía correndo pra um lado, entrava em apartamentos, casas, enfim, era o cotidiano das nossas vidas. Mas, neste período de chegada à Universidade de Brasília e o começo do curso de Medicina, eu vivi algumas situações aqui na Universidade, que na nossa juventude, eu tinha 17 pra 18 anos, a gente não caracterizava muito bem, e não conseguia perceber o que de fato estava acontecendo. [...] (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ivonete também nos conta sobre sua militância começada, também, por influência de Honestino:

> [...] Essa era a Universidade de Brasília. No curso de medicina nós já pegamos um período político bastante pesado na Universidade. A primeira pessoa que eu conheci, antes de chegar à Universidade, foi Honestino Guimarães. Honestino foi militante de ação católica, da JEC. E eu tinha sido também da JEC de Minas Gerais. Ele me

> procurou e me chamou pra ir a uma missa que era aqui na... que ia ser a faculdade de teologia que tinha o Frei Mateus. Tudo bem.. vamos lá e conheci Honestino. A partir daí eu acompanhei a trajetória do Honestino como liderança política estudantil na UnB. Foi uma das pessoas de inteligência que eu conheci... assim... que me impressionava muito. A capacidade dele de tão jovem que era, entender um contexto político complicado como era o que a gente vivia aqui dentro, e conseguir traduzir aquilo na oratória dele. Quando Honestino entrava numa assembleia, a gente parava pra ouvir. É... isso também me impressionou e então eu comecei uma militância, a partir deste conhecimento da figura do Honestino. E durante o tempo, do curso básico, os diretórios estavam todos desmontados, os diretórios estudantis, então a gente passou a reunir e formar esse diretório. Eu fui eleita por aclamação, presidente do diretório do ICB. Mas naquela época não existia formalidade pra constituir documentos de diretório, se procurarem esses documentos, eles não existem. Porque a partir dali começou um período de clandestinidade dos estudantes da UnB, os que tinham engajamento em partidos políticos da época ou em movimentos revolucionários, é.. passaram à clandestinidade e, a medida que eles iam saindo, outros estudantes substituíam na escala dos diretórios. E... a partir dali a gente continuou trabalhando na política estudantil.. eu e a Maninha, Maria José, fizemos parte junto com o Euclídes pirineus, com Helio Doiler.. os nomes vão fugindo, a gente também era obrigado a esquecer nomes por segurança.. enfim.. a gente é.. alimentou os diretórios clandestinos. Saia as denúncias, saiam as prisões, a questão das torturas, eram todas denunciadas aqui dentro do campus. Fazíamos as passeatas, íamos pra w3 e tal. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

É possível perceber, ainda, que Ivonete exemplifica as atividades realizadas dentro da instituição. Uma delas era a passeata, muito comum na época, para fazerem reivindicações referentes à Universidade ou em relação ao período histórico vivido no país de censuras e perseguições. Ela cita as clandestinidades, muito comuns aos estudantes que participavam de movimentos estudantis e que lutavam por uma Universidade pública sem a interferência direta dos militares do regime ditatorial.

> [...] Nesse período também é... várias vezes nós estivemos aqui, em momentos dentro do movimento estudantil, como por exemplo, um episódio de pera dourada, um informante que, todos nós sabíamos que era informante, que entrava aqui dentro da Universidade de Brasília, e o Honestino havia sido preso. E nós então achamos a coordenação do movimento, de que deveria haver uma troca de prisioneiros políticos. Honestino por Pera dourado, foi um momento de grande agitação na Universidade de Brasília e fizemos a troca. [...] (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB)

Maria José continua seu relato sobre como a repressão tornava-se cada vez mais violenta. As clandestinidades, já citadas por Ivonete, ficavam mais frequentes com o passar do tempo e com o aumento das denúncias e do controle dos militares dentro da Universidade de Brasília. Maria continua seu relato:

> [...] Nesse período, é... o meu contato com Honestino foi um contato muito inicial, porque logo depois ele sai daqui do movimento estudantil, de local, né?! E nós permanecemos aqui no dia a dia da organização das nossas células de base. Eu não era da direção, mas era uma militante de base, já me organizando pra entrar na Ação Popular, numa célula da Ação Popular. E foi nesse período da saída do Honestino, toda essa transição da FEUB, Prates, Aldoisio, etc.. que o movimento vai se esvaziando em termos de lideranças, chega o vice-reitor da Universidade de Brasília, a repressão se torna cada vez mais violenta. A maioria dos nossos lideres cai na clandestinidade e nós então que, éramos a base do movimento estudantil, somos obrigados a assumir posições, que até aquele momento nunca havíamos assumido, com muita dificuldade, porque a gente estava começando e surge então na Geologia, alguém que Honestino vinha preparando pra também assumir essa liderança, que é... que foi o Euclides Pirineus. [...] (Maria José) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Essas imagens – postas pelas representações dos estudantes – são frutos do imaginário. Esse imaginário é a nossa capacidade de entender a qual contexto vivemos, quem somos, e que atos deveríamos deixar ou não de fazer. Baczko (1985), afirma que a imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões ascendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige à linguagem "enérgica" dos símbolos e dos emblemas. Emblemas que podem ser coletivos e também individuais, novamente.

As imagens criadas e suas respectivas memórias serão distintas e fundamentais para a construção do ser em si perante um determinado período da história. Essas representações serão fulcrais para o entendimento de toda uma sociedade. As memórias prevalecerão numa perspectiva individual para cada narrador, mas estarão vinculadas ao coletivo. Por isso, temos várias "imagens" criadas do período ditatorial do país. Essas mesmas imagens podem ser criadas pelos estudantes – que no caso são os entrevistados pela comissão – por militares e militantes, ou seja, diferentes agentes históricos produzindo diferentes imagens e memórias históricas. Ainda segundo o autor, a história é feita por diversos olhares e por diversas interpretações. Cada período histórico possui as suas formas singulares de "imaginar,

reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar" (BACZKO, 1985, P.309).

2.1. O *modus Operandi* de perseguição aos estudantes

Os estudantes eram alvos pré-definidos pelos militares. Utilizando da vigilância nos campus das Universidades, os militares tinha conhecimento dos alunos de uma sala de aula, por exemplo, e, principalmente, quem já havia participado ou participava ativamente de alguma resistência estudantil. Prisões, interrogatórios e solturas eram comuns no dia a dia das Universidades. A manutenção do regime era um dos pilares da Ditadura. E ela só existiria se quem fosse contra seus princípios não estivesse livre e se organizando contra o regime militar. Ivonete e Romário nos contam em depoimento as suas memórias de como foi o processo de perseguição e prisão dentro da Universidade de Brasília na qual eram estudantes.

> [...] Bom, em 1970 eu fui surpreendida com o comunicado pelo diretor da faculdade que era o professor Luiz Carlos Lobo de que eu e a Maninha tínhamos sido expulsas do curso de medicina. E vi aquilo e achei estranho. Mas o senhor tem um documento? Não. Só tenho o comunicado, um memorando do reitor que eu me nego a chamar de reitor. O capitão de mar e guerra, José Carlos Azevedo, lhe expulsando do curso de Medicina. Você e a Maninha. E a gente intrigados com aquilo, fomos ... procuramos um dos diretórios e fomos conduzidos ao departamento de direito. Lá.. fomos orientados a pedir por requerimento à reitoria os motivos da expulsão. E o Azevedo indeferiu este pedido e ficamos fora do curso. Nessa mesma época, já anterior, em 1969, muitos alunos da Universidade tinham sido sumariamente julgados pelo 477 e, a pedido do SNI, foram banidos da Universidade. Então, eu achei estranho, só eu e a Maninha estamos sendo expulsas do curso e tal. Tem duas coisas aí: Ou ele não sabe nada sobre nós. Ou ele cumpre ordem de algum órgão do SNI. Como eu tinha feito parte do MEB eu achava que podia ter tido informações porque tinha caguetagem de tudo o que era espécie né?! Os dedos duro estavam presentes na sala de aula, alguns militares vinham de farda porque havia na época a denuncia de que o Azevedo, aquelas vagas de vestibular que não eram preenchidas por alunos que, ou desistiram ou porque fizeram o vestibular em outras universidades e preferiram outras, eram preenchidos com informantes indicados do SNI. Então todas as salas de aula tinham informantes do SNI e do... e do SNI interno da UnB. Com isso, ficou a dúvida: qual foi o motivo?! E agente continuou trabalhando aqui, até o dia que o Azevedo ameaçou os professores que continuaram dando aula pra mim e pra Maninha, então a gente chamou esses professores e: não,

> não queremos que vocês saiam como saíram os duzentos da UnB. Que vocês continuem, nós vamos nos ausentar. Nesse período eu passei uns 2 meses, devo ter percorrido uns 20 escritórios de advogados, ninguém aceitava causa de estudante da UnB. O rótulo do estudante da UnB era: é comunista, é subversivo e né... tem que ser reprimido. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ivonete teve seu direito de estudante cerceado. Isso porque a reitoria, como já mencionado, era controlada diretamente pelos militares no poder. Ivonete foi mais uma das várias pessoas que foram atingidas pelo regime. Ela simplesmente deixou de ser aluna da instituição. Ela se perguntava o tempo todo se o reitor seria o responsável por essas atrocidades que faziam com os alunos, ou se estavam apenas escolhendo, aleatoriamente, pessoas para tirarem da Universidade. Ela tinha absoluta certeza de que o reitor estaria ligado ao SNI e que tudo isso fazia parte de um plano maior de ter "vacância nas vagas" pra que os informantes do SNI pudessem entrar na sala de aula se passando por estudantes.

> E eu optei pelo silencio com ele o tempo inteiro de minha convivência com a Universidade porque eu nunca o reconheci como reitor dessa universidade. E sim como representando do SNI aqui dentro. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

O rótulo, mencionado por Ivonete, era comum e ainda é, no que se refere à Universidade de Brasília: de que os alunos são comunistas, maconheiros e não acatam ordens, são subversivos. Romário Esquitino, outro estudante da instituição, nos conta um pouco sobre isso:

> [...] um relatório assinado pelo general de divisão Olavo Vianna Mughi, escreveu o titulo: confidencial.. é... um relatório de todos.. de 33 dessas prisões dessas cento e tantas que eles prenderam, eles registraram 33. E aqui tem assim o nome, endereço, telefone... telefone não, a gente nem tinha telefone, mas tinha a filiação e tal e as relações de cada um, quem era amigo de quem e quem fazia o que e tal. Tem uma... um aprofundamento de uma tese de que a corrupção da juventude brasileira e a brasiliense passava por uma decisão de um congresso comunista em Havana que vinculava o comunismo, o homossexualismo e as drogas. Então os brasilienses, os estudantes da unb eram maconheiros, homossexuais e comunistas. Então essa tese maluca que eles elaborou e ele assina isso, escreve e assina é... queria dizer que essa juventude corrompida era... era uma consequência da irresponsabilidade dos professores da... especialmente os da sociologia da unb pq os professores da unb é... davam a literatura marxista pra gente ler e era o papel deles era esse e tínhamos que

> aprender e saber o que que as teorias né.,.. da época queriam dizer na questão da... do curso que vc tava estudando. E aí ele... e aqui tem uma parte do texto que ele diz assim: O general diz assim: a revolução (que eles chamam de revolução né? Revolução de 64) é... não pode permitir que as universidades continuem é... alimentando a juventude com esse tipo de informação e que é.. os militares, os governos tinham que fazer alguma coisa pq não era possível pq... essa esses professores tavam contribuindo para a degradação da juventude de uma maneira absolutamente inaceitável. Então esse documento foi parar no gabinete do reitor e foi pro.. cofre do reitor pq a reitoria tinha uma relação intima né.. com o governo militar e tinha uma identidade com esse tipo de pensamento então a gente vivia é.. na universidade vigiado o tempo todo.. vigiado por esse tipo de gente é... e sob pressão né?! Quando a gente é.. participou das.. do movimento estudantil depois com a é... já no regime da distensão que o Geisel vinha propondo era... era uma retomada de um movimento estudantil e não reconhecia é... nenhuma autoridade nenhuma, legitimidade nenhuma, nem no governo militar brasileiro e nem na condução da reitoria né?! [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

"A complexidade integrante à noção de tempo refere-se às temporalidades múltiplas que se enlaçam, uma vez que as experiências vividas e a História em transformação são conformadas por processos e acontecimentos" (Neves, 2010). A história abarca vivências individuais ao mesmo tempo em que incorpora manifestações do coletivo segundo a autora. Essas duas dimensões, quando acopladas, unem-se em únicas experiências e dinâmicas que se reconstroem com o passado em detrimento de representações do presente. Nas falas dos estudantes é possível reconhecermos os "substratos" de um tempo histórico em que se é possível encontrar culturas diferentes, representações individuais, modos de vida e valores como fica explícito nos fragmentos de memórias dos depoentes quando eles rememoram o cotidiano da universidade.

> Em 73, no governo Médici, o reitor já era o Azevedo é.. resolveram fazer um balanço nacional sobre a subversão, o retrato da subversão é... da juventude brasileira. Desse período. E... eu fui vítima dessa tentativa de dizer como era a subversão, como funcionava a subversão no Brasil nesse período já que eles teriam considerado que a guerrilha urbana já tava praticamente destruída ou... destroçada com assassinatos e mortes é... em todo lugar, mas existia um clima de resistência ao regime militar nas universidades e os estudantes eram.. continuavam achando que a ditadura tinha que acabar.. que a ditadura n podia continuar e.... baseado na.. numa hipótese de que havia uma.. a juventude tava corrompida, estava sendo corrompida por uma decisão é... dos comunistas reunidos em Cuba, em Havana, eles decidiram que é.. essa juventude precisava ser é... ou interrompida seu processo de subversivo

> é... e identificaram a universidade como um local que aninhava esse tipo de subversão e portanto, começaram a mapear quem era quem né.. no Brasil que estava fora.. já fora da guerrilha urbana mas alimentando uma resistência é... brutal ao regime militar. E o Médici aliado ao Azevedo na UnB é... procuraram montar em brasilia o quadro né?! O que.. como é que funcionava em Brasília.. nós vivíamos nas republicas né?! Ao longo da L2 norte.. algumas né, na l2 sul e na 312 norte. Então eram várias republicas estudantis que se comunicavam que se reuniam e discutiam e tinham é... atividades culturais e eram... atores, atrizes de teatro também.. [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Michael Pollak (1989), em sua obra intitulada: Memória, esquecimento, Silêncio, evidencia e analisa indicadores de memória coletiva e suas abordagens acerca de formação de uma identidade histórica. Ele analisa, em primeira instância, para o que é palpável, que é material; e a segunda refere-se à cultura imaterial, não palpável. Logo, a oralidade é útil e uma ferramenta para esse processo de construção de uma identidade local, além disso, legitima e constrói uma identidade de memória em detrimento da interligação dessas ferramentas.
Por meio da oralidade, através dos depoimentos, colhidos no trabalho da Comissão da Verdade da Universidade de Brasília, de sujeitos que participaram dos movimentos de resistência contra a ditadura, é possível reunir as representações sobre sua trajetória no período até o processo do fim do período ditatorial. A memória é um fundamental para o autoconhecimento do homem como sujeito da sua própria história.

Por meio da oralidade, através do depoimento de sujeitos que participaram dos movimentos de resistência contra a ditadura, é possível reunir as representações sobre sua trajetória no período até o processo de redemocratização brasileira. A memória é fundamental para o autoconhecimento do homem como sujeito da sua própria história.

Ivonete, no relato a seguir, nos fala da perseguição que sofreu do regime, mais especificamente do reitor da Universidade de Brasília, Carlos Azevedo. A prisão era uma realidade em sua vida agora.

> [...] No período que nós ganhamos o mandado de segurança,6 meses depois. Primeiro o Azevedo sumiu o histórico escolar meu e da Maninha, segundo ele mandou matricular, pasmem, em 17 disciplinas. Era para inviabilizar o nosso retorno. A gente tinha aula de manhã, de tarde e de noite e ele compeliu os professores a dar aula particular pra mim e pra Maninha. A gente tinha aula o tempo inteiro. Então chegamos num ponto de: não, vamos enfrentar isso aí. Chamar os professores pra arrumar essa bagunça porque não vai dar pra fazer desse jeito e a

> gente quer continuar o curso e fomos dividindo as disciplinas com os professores e tal. Vencido, claro, ele 6 meses depois em 1971, houve prisão aqui do Paulo Fonteles, da Eucilda Veiga, do um estudante de nome Dover e outros e nessa leva em seguida, fui eu e a Maninha presas. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Romário também foi preso. Além disso foi torturado também. Romário passou mais de 3 semanas sob o olhar dos militares que buscavam respostas em interrogatórios feitos frequentemente acerca do movimento estudantil. Queriam nomes, endereços, como funcionava o movimento e sua resistência.

> [...]e era e um belo dia todos foram presos... foram cento e tantas pessoas foram presas e eu fui literalmente sequestrado no meu trabalho.. eu saí do banco umas 7hrs da noite, entrei num fusquinha que eu tinha no estacionamento do edifício união e fui sequestrado por um bando de homens armados até os dentes.. que nunca consegui identificar quem era porque eles me enfiaram um capuz preto no pescoço, tiraram meus óculos, na época eu tinha uma miopia de quase 7 graus, tiraram meus óculos e me jogaram no chão do meu carro e me levaram dali. E... deram várias voltas pela cidade até me depositar num subsolo que hoje eu.. quer dizer, muito tempo depois eu identifiquei como se fosse o subsolo do ministério do exército por causa daquelas é... persianas que tinha.. que é onde eu conseguia ver por baixo e... a partir dali eu fui, fiquei preso mais de 25 dias e sob tortura.. fui.. levei.. fui recebido por um tapa de telefone no ouvido que fiquei zonzo por alguns segundos e interrogado por pessoas que também nunca soube quem eram porque eles não tiraram meu capus. Enquanto eu era torturado eu era também interrogado e... queriam saber quais eram as minhas relações com esses caratinguenses que ficaram espalhados por belo horizonte e vitória, no Espírito Santo, e os outros que estavam por aqui morando nas republicas que tinham alguma passagem por alguma organização é... guerrilheira.. a.. o pessoal da AP ou gente da POLOPE também transitavam nessas republicas e... como nós já estavam numa fase que não era de pegar em armas mas.. já tínhamos uma relação próxima a quem tinha feito isso, éramos suspeitos de estar tramando alguma... alguma coisa é.. terrorista né, em Brasília. [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ainda em relação à tortura e aos questionamentos feitos pelos militares, Romário continua seu depoimento:

> [...] E cada vez que eu era interrogado eu tinha que dizer quem era quem, quem estavam e onde, quem eram aquelas pessoas.. aqueles nomes também que eu já identificada porque na medida em que a guerrilha ia se dissolvendo e as pessoas

> também iam entrando no anonimato né.. ninguém ficava contando vantagem sobre sua história. E como nós tínhamos alguma relação tínhamos que dar conta e uma... numa dessas é.... nesses interrogatórios eu tinha que prestar conta de qual banco eu tinha assaltado, que banco eu tinha ajudado a assaltar e onde estavam os aparelhos é.. de reprodução do material subversivo que era... basicamente um mimeografo assim. Eu tinha que dizer onde tava o mimeografo porque o mimeografo era uma peça fundamental na reprodução das ideias subversivas, o fato é que eu fiquei 25 dias desaparecido, os professores, todos desconfiavam que alguma coisa tinha acontecido mas não sabiam pq isso não era... não podia dizer né?! E... acabaram por me libertar né?! 25 dias depois.. depois de uma semana de... na geladeira lá esperando cicatrizar as... os efeitos da tortura. [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

O interrogatório era sempre irrisório para Ivonete. Eram perguntas que não faziam nenhum sentido, ela achava que essas perguntas serviam como base para saber se você os desrespeitaria ou não. Ivonete, ao ser interrogada, mantinha uma estratégia: ficar em completo silencio.

> [...]E o cara disse pra mim: Quer dizer que você não conhece ninguém? Você não conhece Doelder câmara? E eu disse: Sim, qual brasileiro não conhece Dolder câmara? Você não conhece Pelé? Conheço.. e café solúvel? [...] Eram coisas ridículas, que te colocavam assim... pra ver se você tinha uma atitude agressiva ou sei lá oque. Com isso eu fui ficando no silencio... [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

A estudante nos conta sobre sua experiência na prisão e o que viu. Seus amigos e companheiros de militância passando pelo processo de tortura e interrogatórios. Tudo o que ela pensava é que ela não poderia dedurar ninguém. Pra ela isso não fazia sentido e foi algo que ela aprendeu desde pequena, em casa. Delação premiada pra ela, também não faz sentido. Seus companheiros da Universidade, que estavam juntos por um objetivo: lutar contra a ditadura dentro da UnB, não poderiam ser delatados, ainda mais por ela. Ivonete continua seu relato de quando esteve sob posse dos militares:

> [...] As outras perguntas foram sobre os estudantes da UnB né?! Principalmente Honestino, era impossível negar que conhecia Honestino. E a gente sempre que podia falava muito bem dele, porque não tinha o que falar.. que desabonasse a conduta do Honestino aqui dentro da Universidade eu optei pelo silencio absoluto e acabei presa no PIC, Pelotão de Investigação Criminal do Setor Militar Urbano. E

> fui presa, incomunicável. E que eu me lembre, desse momento, alguns momentos, detalhes que eram as baratas que saiam das latrinas, um fio de luz de sol que até hoje eu não sei por qual caminho entrava. O meu silêncio, eu fazendo yoga, porque não queria denunciar ninguém. Me apresentaram um álbum com as fotos de todos os estudantes daqui da UnB e alguns estão aqui nessa sala. E eu desconheci todas, inclusive a minha. E eles apontavam e falavam, e essa aqui: não sei! Não conheço e era minha foto, estava tão feia que eu não me reconheci. (risos) E com essa história do silêncio, resolveram fazer acareações no ministério do exército e aí que me chamou a atenção. De fato, o risco que estava diante da minha frente, foi quando eu vi Paulo Fonteles torturado, Eucilda grávida de 7 meses torturada, o estudante Dolver, desfigurado e eles queriam que eu os reconhecesse. E eu neguei que conhecia, fazendo sinal pra eles com o dedo que não ia... ser responsável né?! Porque eles buscavam entre as pessoas de esquerda que dedurasse o outro. Era o mal maior que podia ocorrer com qualquer um de nós. Era a gente chegar aqui no campus e ser considerado um individuo que abriu a boca e que denunciou o outro. Até o hoje eu tenho muito dificuldade com essa história de delação premiada, porque isso veio da ditadura, isso é resquício da ditadura. E eu fui educada numa família, meu pai era operário de uma ferrovia, tinha 9 filhos pra criar e eu fui educada por ele que um irmão não denunciava o outro. [...] Foi a questão de princípio e de berço. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Thompson (1981,p. 15) analisa em sua obra a noção de experiência, que segundo ele, é fundamental para o historiador. A experiência compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou até mesmo de um grupo social. Isto é, está relacionado a muitos acontecimentos que se interligam ou a várias repetições desse mesmo tipo de acontecimento. Além disso, para o autor, a experiência é um termo de correspondência, ou seja, se interligam em seu caráter teórico e o material empírico, portanto, o objetivo é fazer com que o relevo sobre essa mesma noção de experiência é com que homens e mulheres atuem como sujeito em determinadas situações.

De acordo com Benjamin, a importância da informação estaria na valorização da experiência, do saber que estaria próximo não só local, mas temporalmente, do que um saber que tivesse sido originado longe, pois "[...] o saber que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência [...]." (BENJAMIN, 1994a, p. 202-203) Assim, é possível afirmar, a partir de Benjamin, que a valorização da narrativa memorialística é o que permite ao sujeito comunicar a experiência. Assim quando Romário

nos fala sobre a sua experiência na Universidade e como um tempo foi precioso, salientamos que é mais precioso ainda é o ato de relembrar e poder contar isso nos dias de hoje e dessas lembranças poder fazer emergir um conhecimento de um contexto e de um tempo histórico. Romário ao falar sobre como os jovens eram batalhadores nos apresenta um contexto de resistência, um imaginário que ainda subsiste nas representações sobre a UnB até os tempos atuais. Mas naqueles tempos de ditadura a batalha era desigual: de um lado estudantes organizados pelo objetivo de resistir às atrocidades da ditadura e do outro um regime autoritário regido por militares, com armas, censura, tortura.

> [...] e porque é.. nós os estudantes eram uma organização, ainda é uma organização poderosa do ponto de vista da movimentação social.. mas eram... era frágil do ponto de vista da resistência né.. do poder de repressão que os militares tinham. Então quando a gente é... se dispõe a contar essa história e reviver um pedaço dessa história é porque ela não pode ser esquecida né?! E o professor lembrou aqui que as vezes tem um.. uma certa dose de é... como foi a palavra que você usou? É... covardia! Mas eu acho que há uma dose grande de desconhecimento e de falta de informação da juventude. Então essa comissão, é um papel fundamental da comissão, é manter viva a história, essas histórias todas para que a juventude é.. tome conhecimento dela né?! Eu tenho filhos e tenho netos é... que sabem da história porque eu sou o pai deles mas tem filhos de filhos de amigos meus que desconhecem absolutamente, não sabem nada, não tem a menor ideia do que que foram os anos 60, os anos 70 é... no Brasil e em Brasília. E as vezes não querem saber, entendeu?! As vezes também não tem muito.. acham meio fantasia que você.. esse pessoal mais velho anda fantasiando muito... histórias que... é... podem não ter acontecido etc. Então se uma comissão oficial como essa registra né?... poe no vídeo, poe na TV, poe no livro, né.. e da conhecimento para que todas as pessoas possam ler.. é.. eu acho que ajuda na consolidação da ideia de que isso não pode mais acontecer né?! Essa violência não pode.. não é possível que ela é... esteja ainda na cabeça de alguns militares que estão por aí sobrevivendo. E é.. e resistindo a qualquer tentativa de revisão da lei de anistia, revisão da legislação brasileira. Quando me perguntaram uma vez, se vc é a favor da... da anistia brasileira e da comissão da verdade eu falei eu sou! Eu sou a favor da comissão da anistia e da comissão da verdade, mas eu acho que elas não são suficientes, ainda há muita coisa que precisa ser corrigida, recuperada na história. E aí quando a gente olha, Argentina, quando a gente olha outros países que sofreram a repressão militar e que deram consequência, né?! Aos responsáveis pela repressão, a gente entende que o Brasil não caminhou... todos, não deu todos os passos que tinha que dar. Ainda é possível fazer alguma coisa além do que já está sendo feito? Nós precisamos dizer que sim né? E ir pro embate e ir pro confronto, nós temos um STF é... conservador

> ainda, um Congresso Nacional extremamente conservador ainda, mas temos a possibilidade de falar das nossas histórias e de contrapor a uma..a uma posição conservadora e retrograda e... perigosa do ponto de vista da história para que a gente consiga avançar na... no entendimento né? No que seja Democracia, do que seja liberdade, do que seja é... respeito e direitos humanos, né?! Porque no fundo é isto né... estamos sempre falando dos direitos humanos mas com toda as... divergências, liberdade que devemos defender, temos que trabalhar o conceito de direito humano a partir né?! Da.... daquilo que nós conhecemos que foi uma violência brutal no Brasil e uma interrupção de vidas, muitas delas.. muitas dessas vidas que estão... foram presas aqui e tiveram um rompimento total, muitas foram embora, desapareceram de Brasília, mudaram de rumo completamente, assim... então viveram outras experiências é... que poderiam ter sido diferentes se tivessem continuado aqui... [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Os seres humanos, como sujeitos de suas histórias, são responsáveis por produzir e reproduzir feitos e mudanças. Podem, também, construir diversas referências e até mesmo destruí-las. Podem reafirmar destruir ou contestar o poder e podem, ainda, se auto afirmar perante o coletivo em que estão inseridos e reafirmar ou não a sua liberdade, os narradores que aqui urdem tramas e narram suas experiências não estão dissociados desses pressupostos. Romário, Ivonete e Maria José nas idas e vindas de suas falas tecem representações sobre uma Universidade que experienciou um contexto autoritário, mas que não abdicou de construir pressupostos para o exercício da cidadania.

> [...]É que foi um tempo de resistência! Resistir é sempre necessário! Principalmente quando a gente tem convicção do que a gente acredita como principio e como direito de cidadania e foi isso que me perseguiu a vida inteira. Foi essa percepção de ser cidadã. E de não aceitar estas formas de repressão. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Por fim, Ivonete foi solta, e sem passar pela tortura. Romário também foi, no caso de Romário, ele foi torturado e isso o afetou diretamente o modo de viver sua vida. As paranoias, as manias de perseguição se tornaram frequentes em sua vida.

> [...] Eu fui libertado no meio do mato aqui pela 312 norte e... com a recomendação de que eu tomasse um jeito porque eu não podia mais continuar vivendo daquela maneira em republicas infectas e imundas vivendo com pessoas absolutamente indesejáveis na sociedade e que... aqui não era o meu lugar. E aí eu... fiquei me.. alguns meses ainda trabalhando e.. absolutamente paranoico né?! Pq... eles sabiam

> de todos os meus trajetos, a policia sabia com quem eu conversava ao entrar na universidade onde eu sentava, quem era meu colega de lado, quem eram os meus professores, todos e.... eu vivi uma paranoia absurda né.. até que eu decidi me auto exilar na frança. Tinha umas relações de brasileiros que já tinham passado pela frança e eu fui embora pra frança. Quer dizer, abandonei a universidade, abandonei o meu emprego. Então eu sofri uma interrupção brutal né... na minha vida é... por conta de uma arbitrariedade uma decisão unilateral do governo, do exército brasileiro. E aí eu fiquei 2 anos é... na França e na Alemanha é...e era 74/75.. o clima também já estava pesado na europa por causa dos movimentos da.. de algumas é... algumas revoluções mais acirradas né?! Na própria europa e eu tive que voltar, acabei não conseguindo me estabelecer em lugar nenhum e tive que voltar para o Brasil, aí já era o... já tinha terminado o Médici, já tava o Geisei, governo Geisel. [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Romário exilou-se. Não conseguia se adaptar novamente à sociedade. No exterior, encontrou a mesma dificuldade de adaptação – também por questões políticas. Retornou ao Brasil no meio dos anos 70 para tentar consertar a vida. Romário conseguiu se reintegrar e reiniciar seus estudos e viu a Universidade de Brasília livre do regime autoritário dos militares.

> [...]Então no meu retorno eu consegui me reintegrar na UnB com a ajuda dos professores que entenderam a história toda, a motivação e eu fui reintegrado mas aí eu já... fui integrado no dep. De comunicação, no jornalismo. E me formei em jornalismo em 79. Quer dizer.. eu fiquei.. eu fui um aluno que fez o curso mais longo da UnB, eu entrei em 72 e saí em 79, mas cheio de história e cheio de experiência de vida, porque foram fundamentais pro meu.. pra minha história seguinte não é?! Eu fui muito agradecido quando o professor Cristóvão foi eleito reitor da unb pq ele abriu os cofres do Azevedo e descobriu um relatório contendo toda essa história.. [...] (Romário Esquitino) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ivonete conta em seu depoimento como foi o processo de soltura e a volta pra casa.

> [...] Era um sábado a tarde, Brasília era deserta e eles disseram pra mim assim: você tem uma prova, eles usaram meu argumento do livro, pra me dar a chamada "liberdade". Você tem uma prova e um professor ligou aqui dizendo que você tem que comparecer à UnB a tarde. Nós estamos te liberando, quer que te deixe no ponto de ônibus ou em casa? Aí eu falei: num ponto de ônibus? Eles vão me matar, igual eles fizeram, espancaram o Paulo na rua... eles vão é me matar, pensei comigo. Falei: olha, me buscaram em casa, eu quero que me deixem em casa. [...] Eles foram

> me deixar em casa. E até hoje eu não tive explicações. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Ivonete sentiu dificuldades em assumir empregos e a ter oportunidades porque os militares "mancharam" a sua vida acadêmica. Havia em seu currículo a não recomendação de Ivonete. Por fim, Ivonete conseguiu se readaptar às suas dificuldades e prestou concurso para ser professora justamente na Universidade que havia lhe recebido, lhe expulsado e novamente se reintegrado.

> [...] Só aqui, durante todo o período meu da, da minha profissão médica eu não assumi nenhum concurso, nem pra previdência, como médica, pro ministério da saúde e a UnB , que o currículo era entregue na seleção de professores, e vinha com uma tarja escrita: não recomendável. Bolsa pro exterior: não recomendável. E assim eu passei a vida profissional até 1982, que foi o primeiro concurso que eu consegui fazer e assim mesmo tinha a obrigação moral de pegar o primeiro lugar porque só tinha uma vaga. E foi assim que eu virei professora de Universidade. E acabei aqui na UnB, aí é outra etapa. [...] (Ivonete Santiago) (Fala transcrita de reunião realizada pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB).

Nas narrativas aqui construídas, percebe-se que trazer as memórias individuais e coletivas, faz despertar lampejos de experiências e significados, o que permite os estudantes que passaram pelo processo ditatorial na Universidade crie um sentimento de pertença. As diversas representações marcadas na construção do processo histórico tecida nas palavras exprimem e apresentam zonas de conflitos, geralmente acarretadas pelo poder ou pelas representações desse mesmo poder, o que causa a seleção das memórias vividas e cria identidades.

Em suma, as diversas representações discentes, aqui apresentadas, vêm para corroborar o que já se conhece acerca do período ditatorial na Universidade de Brasília. A UnB foi brutalmente invadida por quatro vezes ao longo da ditadura e, foi constantemente, alvo de ataques, sendo seus alunos os principais alvos. A ditadura militar ignorou os direitos humanos e desumanizaram pessoas comuns, estudantes; com isso, a instituição ficou vulnerável a todo tipo de perseguição. Alunos e professores sob constante vigilância; prisões; torturas; interrogatórios. As representações dos alunos entrevistados pela comissão são de extrema importância e relevância para entendermos o processo ditatorial dentro da instituição. A reitoria, controlada pelos militares, comandou direta ou indiretamente todas as mazelas da

ditadura com os representantes da universidade – alunos, professores, terceirizados – e isso causou dor e sofrimento a um número significativo aos que nela estavam.

Por fim, percebe-se que as Universidades, além de locais de resistência, eram alvos dos militares durante todo o regime. As organizações estudantis era um dos focos em que os militares deveriam agir, para a própria manutenção do regime militar. As falas aqui analisadas corroboram para uma construção imagética do que foi a ditadura militar nos campus das Universidades brasileiras, como foco na Universidade de Brasília. Assim sendo, a memória dos estudantes e professores aqui trazidas, traz uma gama de interpretações das diversas representações relatadas pelos depoentes que nos contam suas histórias de resistência contra o regime e nos permite tecer a escrita do processo histórico da Ditadura Militar nas Universidades.

Considerações finais

As Universidades brasileiras, em sua maioria, foram fortemente perseguidas pelos militares na Ditadura Militar. As invasões às Universidades foram fulcrais para que os militares fizessem a manutenção de seu governo, já que as Universidades poderiam relampejar focos de resistência. Com isso, o regime tratou de assumir algumas das reitorias das instituições consideradas mais subversivas, com o intuito de obter maior controle sobre as pessoas que as frequentavam: professores e alunos, principalmente. As denúncias dentro das universidades foram frequentes, professores delatando professores e alunos e vice-versa. Ainda dentro do campo das perseguições dentro das instituições, os militares demonstraram força e poder ao começar a expulsar alunos e professores do convívio das mesmas.

As universidades possuem o papel de debate e, em muitos casos, de transformação social. No período da ditadura foram bastante visadas, pois era do interesse dos militares controlar setores estratégicos da sociedade. Durante a Ditadura Militar, as instituições universitárias foram um dos alvos do regime porque nelas poderia haver resistência por parte dos alunos e professores. As universidades possuíam, ainda, um papel chave na formação das elites intelectuais, políticas e econômicas do país. As diversas histórias criadas de que dentro das Universidades brasileiras havia um grande movimento comunista, ameaçava o novo regime justificaram, muitas vezes os processos de intervenção feito pelos militares. As elites acadêmicas (professores e alunos) eram vistas como subversivas e precisavam ser “limpadas” para que a manutenção do regime militar fosse mantida. Os atos realizados pelos militares se corroboravam com a ideia de limpeza do âmbito acadêmico. A destituição de reitores, a demissão de professores e a expulsão de alunos confirmava o objetivo da cúpula do governo ditatorial.

Embora as Universidades tenham sido incessantemente perseguidas politicamente em todos os níveis com expulsão de alunos e docentes, censura e controle de vigilância, os militares não conseguiram arrefecer a vontade de luta por uma educação superior libertária e formadora de sujeitos de direitos.

A UnB foi invadida durante o período da Ditadura Militar diversas vezes por ser um local estratégico para os militares; a instituição fica no centro político do país, na capital da república, por isso tão perseguida em um período de cerceamento de pensamentos e ideias. A mudança de reitores, a vigilância e as invasões foram cruciais para espectro político-histórico

dentro da UnB. Reitores foram trocados, estudantes foram presos e expulsos juntamente com professores. Terceirizados tiveram seus empregos perdidos, invasões policiais com poderosas armas, perseguição política, tiros e tortura fez parte da Universidade desde a sua concepção. Mas, a esperança sempre prevaleceu e ela vive até hoje.

Os depoimentos coletados pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB nos permitem perceber as representações de alunos e professores por meio de falas que carregam uma gama de significados instituídos em fragmentos de memórias, os quais que nos possibilita compreender o processo histórico da Ditadura Militar dentro da Universidade de Brasília e as suas consequências para o cotidiano acadêmico.

A Universidade de Brasília, em especial, foi e é uma instituição muito importante, seja por seus feitos acadêmicos ou por sua capacidade organizacional de fazer política. Durante a ditadura, tanto o corpo docente, quanto o discente sofreram as consequências do autoritarismo do regime, mas dentro da Universidade foram protagonistas quando o assunto era fazer política, resistir e sonhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2002. LEVI, Giovanni. Usos da Biografia.

ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

AVELAR, Alexandre. *A Biografia Como Escrita da História: Possibilidades, limites e tensões.* Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/data/uploads/Dimensoes-AlexandreAvelar.pdf

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social* In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____.

brasileira e modernização autoritária. – 1a ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014..

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp,

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Editora DIFEL. Rio de Janeiro,1990.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos.* : Editora Graal. Rio de Janeiro, 1986.

Decreto-Lei 477/69. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 de Dezembro de 2018.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.008. vol 3

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.008. vol 4.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe B. *História Oral – Como fazer, como pensar*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1993. Janeiro: Rocco, 1994.

Justiça de Transição. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/index.html> - Acesso em 12 de Dezembro de 2018.

LONGO, Clerismar Aparecido. Dissertação no Programa de Pós-Graduação em História: Gestão Cristóvão Buarque: a redemocratização na Universidade de Brasília (1985 – 1989). 2014.

Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar:* cultura política

Mulher e Liter., Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: http://www.openlink.com.br/nielm/

NEVES, Lucília de Almeida. *História oral e narrativa: memória, tempo e identidade*. Editora Autentica. São Paulo, 2010.

NEVES, Lucília de Almeira. História Oral e Narrativa: Tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. 2003

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio; IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989 revista.htm. Acesso em: 27 abril. 2018.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento. Campinas* (SP): Ed. da UNICAMP, 2007

RICOEUR, P. O conflito das interpretações: ensaios da hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

SALMERON, Roberto A. *A Universidade interrompida:* Brasília 1964-1965. 1992. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999

SHOWALTER, Elaine. "*A crítica feminina no território selvagem*". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Tendências e impasses. O feminino como crítica da cultura*. Rio de

SOUZA, Eneida Maria. A Biografia: Um bem de arquivo. Revista ALEA, Volume 10, número 01, pagina 121 a 129.

THOMPSOM, E. P., *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Trad. Waltensir Dutra. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros – uma crítica do

XAVIER, Elódia. *Narrativa de autoria feminina brasileira: as marcas da trajetória*. Rev.